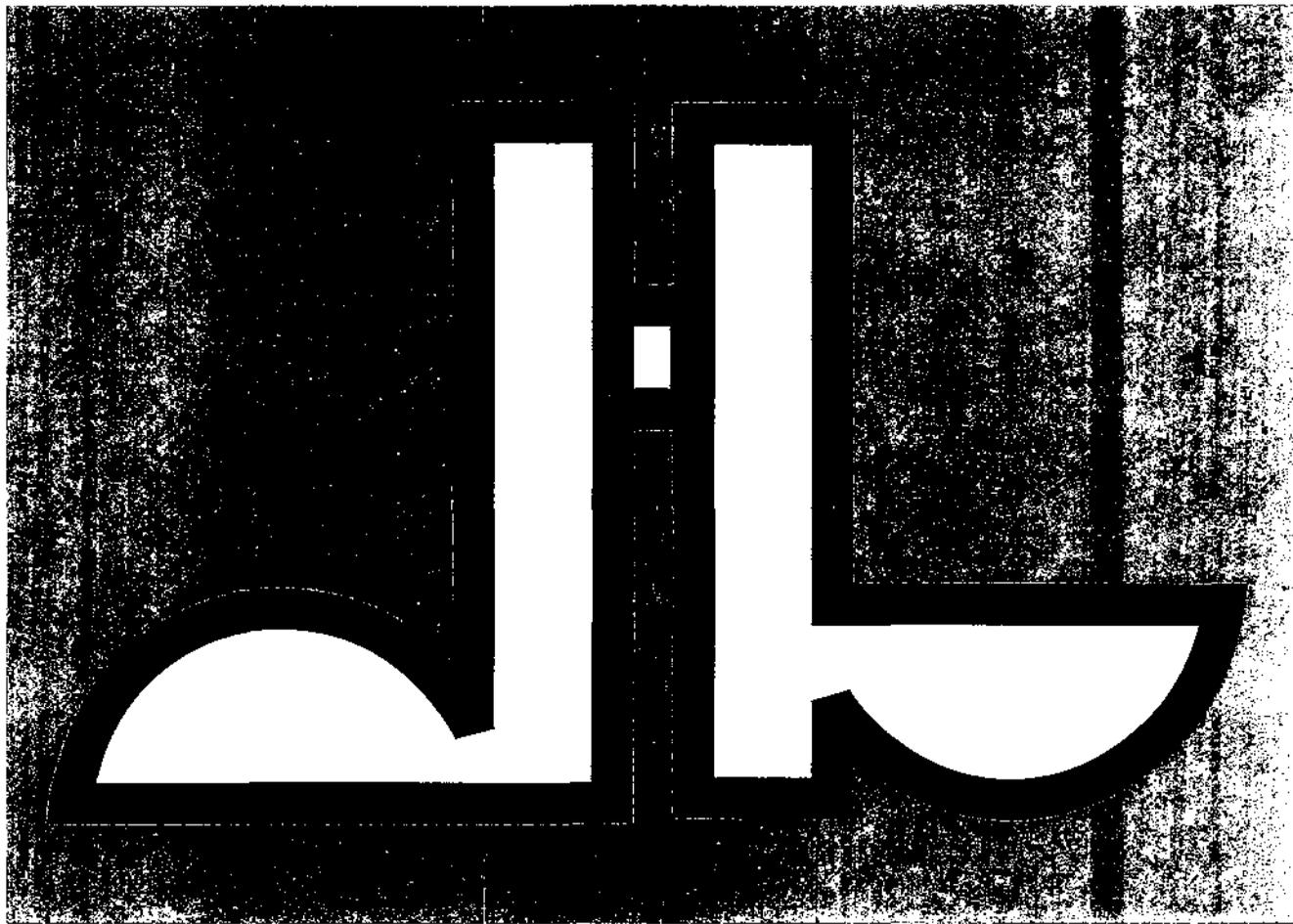


Brasil 500



República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SESSÃO CONJUNTA

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

PRESIDENTE

Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – PFL – BA

1º VICE-PRESIDENTE

Deputado HERÁCLITO FORTES – PFL – PI

2º VICE-PRESIDENTE

Senador ADEMIR ANDRADE – Bloco (PT/PDT/PSB/PPS) – PA

1º SECRETÁRIO

Deputado UBIRATAN AGUIAR – PSDB – CE

2º SECRETÁRIO

Senador CARLOS PATROCÍNIO – PFL – TO

3º SECRETÁRIO

Deputado JAQUES WAGNER – Bloco (PT/PDT/PSB/PPS) – BA

4º SECRETÁRIO

Senador CASILDO MALDANER – PMDB – SC

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

| | |
|--|-------|
| 1 – ATA DA 2ª SESSÃO CONJUNTA (SOLENE), EM 15 DE MARÇO DE 2000 | |
| 1.1 – ABERTURA | |
| 1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO | |
| Destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher. | |
| 1.2.1 – Fala associativa da Presidência (Senador Carlos Patrocínio) | 04556 |
| 1.2.2 – Oradores | |
| Senadora Emília Fernandes | 04556 |
| Deputada Jandira Feghali | 04558 |
| Deputada Maria Elvira | 04560 |
| Deputado Michel Temer | 04562 |
| Senadora Luzia Toledo | 04563 |
| Deputado Edinho Araújo | 04565 |
| Deputada Iara Bernardi | 04566 |
| Senadora Marluce Pinto | 04567 |
| Deputada Luiza Erundina | 04569 |
| Deputada Elcione Barbalho | 04570 |
| Senadora Heloísa Helena | 04572 |
| Deputada Maria Abadia | 04573 |
| Senadora Maria do Carmo Alves | 04574 |
| Deputado Simão Sessim | 04575 |
| Deputada Alcione Athayde | 04576 |
| Deputado Pedro Wilson (Art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal) | 04577 |
| 1.3 – ENCERRAMENTO | |
| 2 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO | |
| 3 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA) | |

Ata da 2ª Sessão Conjunta (Solene), de 15 de março de 2000

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência do Sr. Carlos Patrocínio e das Sras. Jandira Feghali, Emília Fernandes, Maria Elvira, Iara Bernardi, Marluce Pinto e Esther Grossi

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 25 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Declaro aberta a sessão solene destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher.

Convido para compor a Mesa a eminente Deputada Jandira Feghali, a nobre Senadora Emília

Fernandes e a Dra. Solange Bentes Jurema, Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Com muito prazer, registramos as ilustres presenças do Sr. Geraldo Brindeiro, Procurador-Geral da República; da ex-Deputada Bete Mendes; da Sra. Maria da Guia

Lima Cruz, representante da Sra. Weslian Roriz, Primeira-Dama do Distrito Federal; da eminente Deputada Zulaiê Cobra, que nesta oportunidade representa o Exmo. Sr. Governador de São Paulo, Dr. Mário Covas; da Desembargadora Maria Berenice Dias, representante do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Convido a todos para ouvirmos o Coral Sintonia, do Banco do Brasil, sob a regência da Maestrina Maria de Barros Lima e do Maestro Joaquim Fernandes da Costa.

(Apresentação do Coral Sintonia.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Patrocínio) – Vamos assistir agora ao vídeo intitulado “Retrato de Mulher”.

(Exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – A Presidência convida para tomar assento à Mesa a Sra. Ana Lucínia Garcia Maldonado, ilustre Senadora do Parlamento venezuelano. (Palmas.)

Registro, com muita satisfação, a presença significativa das mulheres representantes do Movimento das Trabalhadoras Sem Terra do Brasil. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sras. e Srs. Congressistas, demais autoridades presentes, em nome da Mesa Diretora do Congresso Nacional e de todos os Congressistas, gostaríamos de exprimir nossa alegria, satisfação e orgulho pela realização desta sessão solene em homenagem a todas as mulheres do Brasil e do mundo.

No limiar do próximo século e do próximo milênio, a mulher vai aos poucos preparando-se para galgar posições mais importantes: de mando, de administração e de gerenciamento. Tenho certeza de que, quanto mais isso ocorrer no mundo, mais modificações haverá na face da Terra.

Portanto, é com orgulho que reverenciamos os grandes vultos femininos da História do nosso País, tão bem retratados simbolicamente no vídeo a que acabamos de assistir. São mulheres que se sacrificaram sempre em defesa de um ideal, de uma causa justa, muitas vezes com o sacrifício da própria vida.

Ratificando esse orgulho, essa nossa satisfação por proporcionar este maravilhoso evento, desejo abraçar, em nome do Congresso Nacional, todas as maravilhosas mulheres do nosso País.

Com esse espírito, passo o comando dos trabalhos à eminente Deputada Jandira Feghali. (Palmas.)

O Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Jandira Feghali.

A SRA. PRESIDENTA (Jandira Feghali) – Quero cumprimentar todos os presentes, não apenas os parlamentares, mas principalmente os que hoje ocupam o lugar de donos desta Casa, e passar imediatamente ao início das intervenções dos partidos políticos.

Começo por uma das requerentes da sessão, Senadora Emilia Fernandes, que falará não apenas como requerente, mas também como representante do PDT no Senado e na Câmara Federal. (Palmas.)

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS. Sem revisão da oradora.) – É com grande satisfação que, dando continuidade às atividades realizadas no Congresso Nacional, reafirmando a luta, a consciência, as vitórias e ainda o que há de ser feito pelas mulheres, abrimos esta sessão solene do Congresso Nacional com a presença significativa de parlamentares mulheres e homens, senadoras, senadores, deputadas, deputados, autoridades dos Poderes constituídos, do Judiciário, do Executivo, da sociedade civil, representada por sindicatos, entidades de classe, enfim, todas as pessoas que estão aqui, companheiras e companheiros do campo e da cidade.

Até na presença da ilustre representante de um país amigo, a Venezuela, Senadora Ana Lucínia Garcia Maldonado, e da Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, companheira Solange Bentes, estamos buscando mais uma vez parar, tomar fôlego e seguir adiante na nossa caminhada. Sem dúvida, todas as homenagens que fizemos têm esse espírito, além do de conclamar a sociedade, homens e mulheres, para uma caminhada conjunta.

Nessa homenagem ao Dia Internacional da Mulher, que se realiza concomitantemente à comemoração dos 500 anos do descobrimento do Brasil, estamos fazendo um balanço da participação das mulheres no processo da construção da nossa Pátria. E vemos com imensa satisfação que, apesar dos preconceitos, da discriminação e até mesmo da violência, a presença feminina foi fundamental em todos os acontecimentos populares e na instituição de novos direitos. Mais do que isso, a participação da mulher foi decisiva nos momentos mais importantes e críticos da história do povo brasileiro.

Nesta retrospectiva que estamos fazendo desde ontem, lembramos algumas mulheres que construíram

a história do nosso País: Anita Garibaldi, que lutou na Revolução Farroupilha, mulher, guerreira, amante, deixando o seu nome e o seu exemplo; a feminista Berta Lutz, que com sua luta assegurou a conquista do voto feminino; Chiquinha Gonzaga, que com sua música e postura desafiou os costumes da época, entre tantos outros exemplos.

São mulheres que, a seu tempo, se mostraram insubstituíveis com seu trabalho, com sua arte, com suas idéias e, especialmente, com a sua ação e iniciativa. Assumindo diferentes formas, em distintos momentos e modos de produção, as mulheres brasileiras demonstraram concretamente que o trabalho feminino, tanto quanto o masculino, é indispensável para a construção da história da humanidade.

A bancada feminina do Congresso Nacional, ao homenagear 25 mulheres inesquecíveis da nossa história, que desafiaram os limites do seu mundo e estabeleceram as fronteiras dos seus sonhos, simbolicamente, reafirma a confiança e a certeza da luta valorosa e determinada de milhões de mulheres brasileiras que no cotidiano anônimo e sofrido dão a sua contribuição decisiva e marcante na direção do País que desejamos para nossos filhos e nossos netos. Desde a dona de casa que cria e educa os filhos e administra a vida familiar àquelas que foram às ruas em defesa do petróleo nacional, da anistia política e das eleições diretas. Ou, ainda, todas as mulheres que por sua ousadia e coragem foram punidas, discriminadas ou mesmo assassinadas, mas que deixaram o exemplo para outras continuarem a luta.

Senhoras e Senhores, o reconhecimento que fazemos, de certa forma, desmente dois mitos que, aliás, precisamos combater cotidianamente: o de que as mulheres não participam e o de que quando participam são tratadas igualmente. Mas, por outro lado, confirma outra regra: a de que, mesmo partícipes nos movimentos, na luta, na construção dos 500 anos da nossa história, as mulheres não fazem parte dos governos, muitas vezes não são ouvidas e continuamente são excluídas dos direitos conquistados. Exemplo disso é a recente tentativa de corte do direito à licença-maternidade integral, uma conquista das mulheres trabalhadoras na Constituinte de 1988 que no ano passado estava sendo ameaçada. A mobilização da bancada feminina, com a parceria de muitos parlamentares, garantiu que essa licença continuasse existindo em nosso País.

Mas, além da participação ou da conquista de direitos concretos, o papel das mulheres brasileiras

nestes 500 anos aponta para a mudança de comportamento da sociedade brasileira. A luta das mulheres, o feminismo, contribuiu decisivamente para a renovação das idéias sobre as relações sociais, democráticas, e especialmente em relação à igualdade.

A sensibilidade feminina certamente também tem grande responsabilidade na busca e na afirmação de uma nova maneira de analisar, de atuar e de construir alternativas para a sociedade, que levem mais em conta o social e menos a frieza do lucro.

Hoje, fruto desse avanço, são as vozes das mulheres, em conjunto com os demais setores historicamente discriminados, que apontam para a necessidade de pôr em prática um novo processo civilizatório e de construção da cidadania. A humanidade exige, e temos assumido o compromisso com as mudanças em relação à fome, às más condições de trabalho, à educação, ao lazer, à violência física, psicológica e mental, principalmente contra as mulheres, adolescentes, idosos e crianças.

A partir da denúncia de sua própria condição, de sua exclusão, das violências cometidas, fomos reconstituindo e elaborando novas teorias e práticas para a compreensão e modificação do mundo. Mas precisamos avançar ainda mais, pois o masculino ainda é o paradigma universal para todas as coisas. Os direitos são instituídos fundamentalmente para os homens, fazendo com que a concepção de igualdade atual ainda seja apenas formal.

É preciso conquistar a igualdade de fato, com direitos iguais de participação política no espaço de poder, no mercado de trabalho, nos salários, dentro e fora de casa. E para isso precisamos ampliar a nossa ação conjunta, solidária e organizada, instrumentos capazes de garantir as conquistas obtidas e avançar no rumo de novos direitos. Além disso, a sociedade necessita e temos o dever de colocar a serviço das mudanças nossa capacidade de sermos práticas, administradoras, objetivas em nossas ações. O mundo precisa, sem dúvida, da presença das mulheres em pé de igualdade com os homens no comando não apenas dos lares, mas das empresas, das cidades e do País.

Nesse sentido, temos uma tarefa imediata, que é a participação e a disputa de poder nas eleições municipais deste ano, para a qual muitas de nós já estão sendo chamadas. O poder municipal é decisivo para efetivar mudanças concretas e, diante do atual quadro político, certamente também será o palco de uma verdadeira revolução da participação popular,

democrática e de cidadania. Uma situação para a qual estamos preparadas não estamos caminhando e aprendendo; já estamos prontas, preparadas, e temos demonstrado nossa competência em diversas atividades, regiões, situações. Mais do que isso, exige-se que nos façamos cada vez mais presentes em todas as situações, em todos os temas, em todos os momentos da vida brasileira.

No novo milênio, não apenas no Brasil mas em todo o mundo, precisamos dizer, decididamente, que é nosso dever alterar radicalmente o atual quadro das relações econômicas, sociais e humanas. É inaceitável a continuidade da fome, do desemprego, da falta de saúde, de moradia, de educação e das mínimas condições de vida que atingem milhões de pessoas, em especial, sabemos, as mulheres, que ocupam 40% do mercado de trabalho, mas recebem cerca de 40% menos e são discriminadas ainda na ocupação de postos mais destacados muitas sequer carteira de trabalho têm.

Portanto, nossa luta hoje comemora as conquistas, toma fôlego para continuar adiante, mas, acima de tudo, conclama homens e mulheres para resgatarmos o que há de mais forte, mais firme, mais corajoso no íntimo de cada um de nós. Para isso precisamos da luta, da parceria, dos homens junto conosco.

É preciso, sem dúvida, construir um mundo diferente onde prevaleça o desenvolvimento com progresso acessível a todos em detrimento do lucro a qualquer custo. A sociedade tem de avançar para conquistar um novo patamar de convivência entre seus membros – homens e mulheres –, regiões e nações, onde vigorem a fraternidade, a solidariedade e o respeito às diferenças com igualdade de oportunidade e direitos. Para isso, como disse Che Guevara, é necessário escutar o coração do povo, para isso não precisamos ser médicos, basta ter coração.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Jandira Feghali) – Gostaria de chamar à Mesa o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer. (Palmas.)

Não tínhamos nenhuma dúvida de que S. Exa. não se ausentaria de uma sessão tão importante como esta em homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

Gostaria também de registrar a presença de vários Líderes de partidos: Líder do PV, Deputado Fernando Gabeira; Líder do PSB, Deputado Alexandre Cardoso; Líder do PCdoB, Deputado Sérgio Miranda; Líder do PDT, Deputado Miro

Teixeira; Líder do PT, Deputado Aloizio Mercadante; Presidente Nacional do PT e Deputado Federal José Dirceu. (Palmas.)

Não sei se não estou enxergando outros líderes, mas assim que chegarem registraremos a presença. Espero que os líderes das maiores bancadas da Casa estejam presentes numa sessão tão importante como esta.

Quero, além disso, registrar a presença de vários senadores e de vários parlamentares das mais diversas bancadas, de forma suprapartidária, nesta sessão, e fazer uma correção: as mulheres trabalhadoras rurais aqui presentes são da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil. Não são apenas mulheres sem-terra, mas fazem parte de um movimento autônomo de mulheres neste País, tão representativo e tão importante. (Palmas.)

Gostaria também de informar que faremos um rodízio permanente na Presidência da sessão, para que todas as parlamentares da bancada possam não só estar a este microfone, mas também presentes à Mesa desta sessão, na medida em que todo o trabalho feito até aqui o foi de forma coletiva, suprapartidária e ampla. (Palmas.)

Em nome da Coordenação da Bancada Feminina do Congresso Nacional, agradeço àquelas mulheres cujo trabalho foi fundamental para que esta semana tivesse o sucesso que estamos verificando não só ontem, como nesta sessão. E também presenciaremos no ato externo ao final desta sessão solene e no dia de amanhã. Refiro-me às assessoras dos diversos gabinetes das parlamentares. Agradeço também à Biblioteca e ao Coral do Senado Federal, como também a todas as assessorias técnicas da Casa. Agradeço a todas e aí me dou o direito particular de fazer esta homenagem em nome da Assessora Beatriz Figueiredo. (Palmas.)

Passo a Presidência dos trabalhos à Senadora Emilia Fernandes.

A Sra. Jandira Feghali, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Emilia Fernandes.

A SRA. PRESIDENTA (Emilia Fernandes) – Assumo a Presidência e passo, de imediato, a palavra à Deputada Jandira Feghali, que falará pelo PCdoB.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (Bloco/PCdoB – RJ. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Parlamentares, nas comemorações do Dia Internacional da Mulher também celebramos os 500 anos do Brasil. Obviamente, não apenas um balanço, mas algumas afirmações precisam ser explicitadas.

É claro que quando os índios e as índias brasileiras doavam seus arcos e flechas aos colonizadores portugueses de forma dócil, ingênua e até muito tranqüila não imaginavam ou não tinham consciência do que aconteceria neste País.

Certamente, como em todo processo de dominação – as escravas que aqui chegaram – e de lutas no País, precisamos reafirmar a importância e o papel das mulheres no processo civilizatório brasileiro. A luta das Anitas, Anas, Bertas, Carlotas, Margaridas, Heleniras, Lígias, Bárbaras, Marias e tantas mulheres guerrilheiras e revolucionárias, que pegaram em armas e lutaram nos quilombos e nas resistências, assim como pela independência do Brasil.

Tantas mulheres ontem pudemos aqui homenagear, na lista até injusta de 25 nomes, que não representam o conjunto da luta dentro do processo civilizatório de 500 anos. Mas foi o que conseguimos: extrair da história, com dificuldade de pesquisa, 25 personagens, que nos possibilitaram homenagear o conjunto das mulheres nesses 500 anos de luta e de resistência.

Muita gente nos pergunta se temos o que comemorar. Avançamos? Certamente. E todos esses avanços saíram das ruas, das mobilizações e principalmente da inconformidade da parcela da sociedade brasileira que hoje compõe mais de 50% da sua população.

Infelizmente, nem sempre o que está no papel faz parte da nossa realidade. Esta é hoje a nossa mais importante batalha. Constituição, códigos, conferências nacionais e internacionais, tudo parece nos indicar o mais perfeito dos mundos. Leis são aprovadas nesta Casa, plataformas de ação são assinadas pelos Governos em conferências internacionais. O que tudo isso significa?

Retornamos de Pequim supondo que começávamos a sair da invisibilidade para a condição de metade do céu, como nos ensinou a cultura chinesa, já que se dependesse dos compromissos assumidos pelos Governos a vida das mulheres brasileiras mudaria substancialmente.

É uma vitória incomensurável, sem dúvida, escrevermos em documentos governamentais o que consideramos questões pertinentes a uma vida digna. Ter direitos documentados como compromissos a serem cumpridos é uma etapa da luta que foi em parte vencida. O desafio agora, como sempre, é materializar as conquistas.

Temos, sim, o que comemorar, mas temos muito para reconhecer, como disse ontem o Sociólogo

Domenico De Masi: “Os homens podem ter perdido nas suas visões preconceituosas machistas e de disputa, mas as mulheres ainda não venceram”. Precisamos ter isso muito claro.

Basta olharmos os índices de mortalidade materna, cujo motivo, às vezes, é o pré-natal inexistente; a Previdência Social, que, em nome de um mentiroso déficit, penalizou os trabalhadores e particularmente as mulheres, no último projeto aqui votado, com o chamado e famoso fator previdenciário; a violência, que nem fronteiras consegue enxergar, porque atinge mulheres de todas as classes sociais de forma aguda, não apenas com agressão física, mas com tortura psicológica, ameaças e assassinatos.

Em ano eleitoral, como este, vem para nós o grande discurso das mulheres no poder ou simplesmente sua luta pelo poder. O poder é a essência da luta política e temos de almejá-lo, da luta partidária, da luta de classes. Não tenho também nenhuma dúvida disso. Sabemos também que as mulheres têm sensibilidade diferente, pelo processo cultural das relações humanas e de inserção na vida, inclusive na arte de fazer política.

Elas fazem suas guerras e lutas nas artes e em todos os campos. Na luta política, aqui temos demonstrado combatividade, todas, sem exceção. Porém, não há hoje uma líder de bancada dentro da Câmara dos Deputados. Temos enormes dificuldades de ocupar cargos de decisão e comando dentro de uma Casa como esta.

Entretanto, essa não é a questão principal, porque o Parlamento é um espaço fundamental e democrático da institucionalidade brasileira. O que discuto é que, na luta pelo poder, é fundamental dizer para quê e por quê. Queremos, sim, mulheres ocupando esses espaços importantes. Mas é fundamental que saibam para que os querem, qual seu projeto político para representar a sociedade brasileira.

É bom que se pergunte como votaram ou votarão as mulheres em projetos como o do salário mínimo, da previdência pública, aquele referente aos trabalhadores rurais; é bom que se pergunte, nas gestões executivas, que projetos terão. Queremos que elas ocupem esses espaços, respondendo à sociedade de forma sensível, competente, progressista e avançada. (Palmas prolongadas.)

Queremos que as mulheres ocupem os espaços de poder, mas com um projeto olhando para o futuro e não sustentando políticas em que o mercado e os bancos são mais importantes que as pessoas, com

os juros comendo em uma semana o impacto que seria da Previdência para o aumento do salário mínimo.

Essa sociedade as mulheres não podem querer e não podem representar. Elas precisam ter outra atitude, porque sua história se situa ao lado da resistência, do progresso, do campo dos avanços e do olhar para o futuro de outra maneira.

Falamos da forma feminina de fazer política, que é, acima de tudo, a sensibilidade nas relações humanas e a possibilidade de representar o que há de mais avançado. Por isso queremos, sim, a luta pelo poder, ocupar espaços. Mas é fundamental sabermos com que projeto.

Gostaria ainda de pedir que todos fizessem uma saudação sentida e carinhosa ao movimento de massas que hoje traz a Brasília 3 mil mulheres: as companheiras da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, representando 26 Unidades da Federação. (Palmas prolongadas.)

Nesses espaços de representação, gostaríamos muito que os Governos brasileiros, os quais assinam documentos internacionais, respeitassem minimamente as estruturas que no País podem representar as mulheres, inclusive no âmbito do Poder Executivo. É inaceitável que o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher esteja na posição subalterna em que se encontra dentro da estrutura do Ministério da Justiça, demonstrando claramente como o Governo encara a questão feminina dentro das políticas públicas. (Palmas.)

Falo como requerente da realização desta sessão, mas também como representante da bancada do Partido Comunista do Brasil, com muito orgulho, porque as comunistas também tiveram papel muito importante na História do Brasil, na luta pela liberdade. Sinto-me na obrigação de dar continuidade, com muita honra, a essa luta tão difícil e pesada que é a democracia no País.

Encerro fazendo uma saudação a todas as companheiras da bancada feminina, a todos os parlamentares, a todas essas mulheres que aqui representam os diversos segmentos. Temos enorme euforia pelas conquistas que já obtivemos, mas não podemos descansar, porque a luta ainda é grande e árdua. As mulheres ainda não venceram, mas, com certeza, vencerão.

Muito obrigada. (Palmas prolongadas.)

A SRA. PRESIDENTA (Emília Fernandes) – Concedo a palavra à próxima oradora, Deputada Maria Elvira, uma das integrantes da Coordenação da Bancada Feminina.

A SRA. MARIA ELVIRA (Bloco/PMDB – MG. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a bancada feminina no Congresso Nacional, neste ano 2000, conseguiu uma conquista muito importante: estabelecer a Coordenadoria da Bancada Feminina, de que participam as Senadoras Emília Fernandes e Luzia Toledo e as Deputadas Jandira Feghali, Almerinda de Carvalho e esta que agora se manifesta.

Esse grupo, juntamente com os demais membros da bancada, tem-se reunido permanentemente, discutindo assuntos relativos à mulher no Brasil. Elaboramos, neste ano, uma comemoração diferente dos anos anteriores, bem mais ampla, com eventos artísticos e culturais, com homenagens **post mortem**, enfim, dando a amplitude que esse tema precisa ter em uma Nação onde hoje a maioria é composta de mulheres.

Sr. Presidente, há treze anos -- oito na Assembléia Legislativa de Minas Gerais e cinco nesta Casa exerço mandatos parlamentares. Todos os anos é realizada uma solenidade como esta. Com isso, existe uma certa tendência de nos tornar repetitivas.

Pensava no que eu poderia falar de diferente de tudo que já falei ao longo desses anos sobre a mulher, sua história, seus sonhos, das estatísticas, até chegar à situação da mulher hoje, ano 2000, início de um novo século, preparação de um novo milênio, enfim, uma data marcante, simbólica e emblemática. Não há como negar.

Lembrei-me da história da criação do mundo, da presença de Adão no paraíso, um ambiente perfeito, mas que estava infeliz. Alguns analistas diziam até que ele pensou em suicidar-se, porque o paraíso, tão bonito, tão cheio de frutas, árvores, águas cristalinas e montanhas verdes, não o satisfazia. Ele continuava infeliz.

Por que Adão estava infeliz? Porque lhe faltava a parte feminina. Faltava no paraíso o feminino, a mulher: Eva. Várias são as interpretações e as versões, todas elas importantes – não vamos contestá-las aqui –, mas foi a infelicidade de Adão, por estar sozinho, que fez o Criador dar existência à mulher. Ela era o outro lado de Adão, o outro lado do ser humano, e, com sua presença, ambos buscaram viver felizes, em harmonia, desfrutando daquele paraíso e por que não? até modificando alguma coisa que a inteligência humana pudesse acrescentar ao legado por Deus.

Adão e Eva foram expulsos do paraíso, diz a Bíblia. Vieram para este espaço em que vivemos nós, seus descendentes. E o que vemos ter acontecido de

lá para cá, desde o paraíso, em que um homem e uma mulher, juntos, começaram tudo, plenos de uma inteligência capaz de criar uma civilização que passou por tantos séculos, por tantas histórias e por tanta transformação?

Hoje, vemos um mundo que nada tem de paraíso. Vemos um mundo de muita hostilidade, de muita frieza, de pouca fraternidade, de guerras, de dores e de profundas diferenças entre as pessoas. Até podemos entender que as pessoas sejam diferentes. Seria impossível construir um mundo de pessoas iguais, porque elas não são iguais, mas, com a inteligência que trouxemos do paraíso, de Adão e Eva, poderíamos estar construindo uma civilização muito melhor do que a que está aí e que nos envergonha.

Vivemos numa civilização em que é necessária a Campanha da Fraternidade, porque as pessoas esquecem da fraternidade, esquecem do olhar humano e do sentir em relação ao outro; as pessoas voltam para dentro de si mesmas, num profundo egoísmo, na busca permanente e constante do lucro, do seu próprio bem-estar e o de sua família, esquecendo-se completamente dos que estão à margem, dos que estão caídos, sofrendo, desassistidos, deserdados, descamisados, excluídos. São tantos os nomes!

Quero dizer algo que talvez Deus tenha pensado no momento em que criou Eva para dar felicidade a Adão. Talvez Deus já soubesse, na sua infinita sabedoria, que homens e mulheres são diferentes. São diferentes porque a mulher é diferente. A mulher tem, devido à maternidade, a característica de carregar no ventre durante nove meses um novo ser, amamentá-lo no seu seio. Ela tem sensibilidade com o outro. E queremos que continue diferente, queremos ser diferentes nesta civilização, somando-nos aos homens para podermos resgatar um pouco desse paraíso que ficou para trás.

Possivelmente, nunca vamos conseguir voltar ao que fomos, mas temos de estar atentos, toda a sociedade poderosos ou não, legisladores, homens e mulheres do Judiciário, países ricos e pobres, pois é um desafio para o homem e a mulher resgatar um pouco do que ficou para trás e que estamos destruindo pouco a pouco.

Por isso, Sr^a Presidenta, depois de pensar no que eu poderia trazer esta manhã, em mais um encontro pelo Dia Internacional da Mulher, em que tantas autoridades querem também prestar suas homenagens, gostaria de, hoje, abraçar principalmente as mulheres do movimento rural aqui

presentes para mostrar que estão organizando-se e também querem participar do processo de construção da democracia social no nosso País.

Para essas mulheres para elas e para todos, quero deixar, Sr^a Presidenta, uma última palavra. Como o meu tempo já se esgotou, deixo registrado um poema de uma das mulheres mais fascinantes que este Brasil conheceu: Cora Coralina. Ela morreu aos 95 anos, em Goiás, e legou-nos uma obra que mostra a sensibilidade da mulher, o carisma do ser humano, o compromisso com a verdade.

Cora Coralina, Sr^a Presidenta, diz o seguinte no seu poema:

Vive dentro de mim
uma cabocla velha
de mau-olhado,
acocorada ao pé do borralho,
olhando pra o fogo.
Benze quebranto.
Bota feitiço...
Ogum. Orixá.
Macumba, terreiro
Ogã, Pai-de Santo...

Vive dentro de mim
a lavadeira do Rio Vermelho.
Seu cheiro gostoso
d'água e sabão.
Rodilha de pano.
Trouxa de roupa,
pedra de anil.
Sua coroa verde de são-caetano.

Vive dentro de mim
a mulher cozinheira.
Pimenta e cebola.
Quitute bem feito.
Panela de barro.
Taipa de lenha.
Cozinha antiga
toda pretinha.
Bem cacheada de picumã.
Pedra pontuda.
Cumbuco de coco.
Pisando alho-sal.

Vive dentro de mim
a mulher do povo.
Bem proletária.
Bem linguaruda,
desabusada, sem preconceitos,
de casca-grossa,
de chinelinha,
e filharada.

Vive dentro de mim
a mulher roceira.
– Enxerto da terra,
meio casmurra.
Trabalhadeira.
Madrugadeira.
Analfabeta.
De pé no chão.
Bem parideira.
Bem criadeira.
Seus doze filhos,
seus vinte netos.

Vive dentro de mim
a mulher da vida.
Minha irmãzinha...
tão desprezada,
tão murmurada...
Fingindo alegre seu triste fado.
Todas as vidas dentro de mim:
Na minha vida –
a vida mera das obscuras.

Com o poema de Cora Coralina, quero encerrar esta mensagem, em meu nome e no do PMDB, desejando que a cada dia nós, mulheres, com essa parte de Eva ao lado de Adão, que deixamos o paraíso, possamos retornar à construção dos valores básicos da cidadania: o amor, a solidariedade e a fraternidade.

Só assim este mundo terá conserto, e viveremos numa pátria mais feliz e mais harmônica.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Emília Fernandes) – Registramos com satisfação a presença do Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador Antonio Carlos Magalhães, que nos honra com a sua participação.

Convidamos S. Ex^a a compor a Mesa e a compartilhar nossos trabalhos. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Emília Fernandes) – Dando continuidade aos nossos trabalhos, concedo a palavra ao Deputado Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados, que também não poderia passar por esta sessão tão significativa sem deixar sua mensagem.

O SR. MICHEL TEMER (Bloco/PMDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr^a Senadora Emília Fernandes, Presidenta desta sessão; Sr. Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Congresso Nacional; Sr^{as} componentes da Mesa, Sr^{as} Senadoras, Sr^{as} Deputadas, Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, em primeiro lugar, quero agradecer à

Senadora Emília Fernandes a oportunidade de lançar uma brevíssima mensagem às mulheres do País.

Ao fazer esta homenagem, gostaria de desmistificar, em breves palavras, alguns conceitos passados ao longo do tempo, um dos quais me foi lembrado precisamente pela Deputada Maria Elvira, quando se referiu a Adão e Eva no paraíso.

É interessante notar que, desde tempos imemoriais, portanto, desde os tempos bíblicos, uma das primeiras afirmações detrimetosas em relação à mulher reside exatamente no fato de que Deus a teria dado, como lembra a Deputada Maria Elvira, para que o homem desfrutasse do paraíso. Mas logo depois responsabilizou-se a mulher por uma interpretação, a meu modo de ver, equivocada do texto bíblico por tê-lo feito perder o paraíso.

Esta concepção de que a mulher poderia prejudicar o homem permeou, na verdade, a história do mundo. E ao longo de várias religiões, de várias concepções estatais, a mulher sempre foi incluída num segundo plano, até intuitivamente e instintivamente pautada por essa idéia de prejuízo que a mulher teria causado ao homem. Esta é, volto a dizer, uma interpretação equivocada. Creio que a interpretação espiritual, religiosa e íntima desse fato é que Deus resolveu povoar o mundo. E para povoar o mundo fez com que homem e mulher enfrentassem as agruras da vida e, juntos, construíssem o mundo.

Portanto, devemos, em primeiro lugar, desmistificar certos conceitos. Digo isso com muita tranquilidade, porque sou brasileiro e sei que a mulher só pôde participar do processo eleitoral a partir de 1932. Quantas e quantas lutas, a partir daquela época, houve para que a mulher ocupasse efetivamente o seu espaço social e de poder.

Há menos de 15 anos, como Secretário de Segurança Pública em São Paulo, fui obrigado a criar uma Delegacia de Defesa da Mulher, para que a mulher pudesse ter acesso mais adequado a uma repartição pública policial, a fim de queixar-se dos danos que o homem causava à sua figura.

Portanto, a mulher pouco a pouco foi ocupando o seu lugar e revelando aquilo que a Deputada Maria Elvira registrou: o homem está à procura do paraíso, mas ao lado da mulher. No momento em que deixo esta saudação à mulher brasileira, em nome da Mesa da Câmara dos Deputados, quero registrar minha satisfação em poder dirigir-lhes a palavra, na presença do nosso Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro, e de tantas autoridades presentes.

Ainda há pouco, recebi as mulheres da área rural, pleiteando o impedimento de um retrocesso que se pretende por meio de uma lei que veio à Câmara dos Deputados. Naquele momento, soou-me estranho que as mulheres tenham de vir ao Presidente da Câmara para impedir que se derrubem conquistas árdua e duramente por elas conquistadas. (Palmas.)

Portanto, em palavras finais, mais uma vez, agradeço a oportunidade que me dá a Senadora Emilia Fernandes e peço licença a S. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães, às Sr^{as} e aos Srs. Parlamentares para retirar-me.

Quero que o aplauso do Dia Internacional da Mulher se dirija às grandes conquistas que a mulher brasileira, especialmente as senadoras e deputadas, tem conseguido para o público feminino do País.

Meus parabéns à mulher brasileira. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Emilia Fernandes) – Registro com satisfação a presença nesta homenagem do Segundo Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Severino Cavalcanti.

A SRA. PRESIDENTA (Emilia Fernandes) – Concedo a palavra à Senadora Luzia Toledo, do PSDB.

A SRA. LUZIA TOLEDO (PSDB – ES. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidenta, Senadora Maria Emilia Fernandes; Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Antonio Carlos Magalhães; Sr^a Senadora Ana Lucinia Garcia Maldonado, da Venezuela; Sr^{as} e Srs. Senadores; Sr^{as} e Srs. Deputados; Sr^a Secretária de Estado Wanda Engel Aduan; Sr^a Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Solange Bentes Jurema; representantes das mulheres brasileiras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e do movimento rural; minhas senhoras e meus senhores, quero dizer que este dia é muito importante para as mulheres, embora hoje não seja o dia 8 de março e estejamos comemorando o Dia Internacional da Mulher.

Depois de 13 anos de mandatos, continuo comemorando cada data como se fosse a primeira, porque sabemos que em todas elas tivemos avanços.

A luta é grande e aí está a diferença do masculino para o feminino. Disseram que trabalho é um substantivo masculino, mas a luta é um substantivo feminino. A luta é muito mais forte. (Palmas). É isso que estamos procurando nas mulheres brasileiras. Fazemos a diferença onde quer que estejamos. Fazemos a diferença no Congresso

Nacional, nas nossas casas, no nosso trabalho. Precisamos continuar a luta que iniciamos em 1932.

Devo confessar que me sinto emocionada por estar presente nesta sessão que comemora o Dia Internacional da Mulher. As datas comemorativas cumprem uma função simbólica de mais alta relevância. É como se elas suspendessem a programação do tempo fazendo-nos rememorar fatos, reavivar o passado, reafirmar compromissos, estabelecer valores, redirecionar condutas.

Na linha de pensamento, esta sessão que nos une e reúne para saudar a passagem do Dia Internacional da Mulher, no ano 2000, temos de vê-la como a comemoração da passagem de mais um século na vida da humanidade, o limiar de um novo milênio. Em particular, temos ainda de vê-la no contexto histórico em que o Brasil chega aos seus 500 anos de existência. Não estamos vivenciando, portanto, uma data qualquer. Não estamos comemorando a mulher de um novo milênio, a mulher brasileira dos 500 anos do Brasil.

É por isso que a emoção toma conta de minha alma. Sinto-me gratificada ao tomar parte, na qualidade de Senadora, das homenagens que esta Casa rende pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher.

É inegável que tem sido o Legislativo a instância de Poder mais sensível à luta pela cidadania, pela equidade. Reafirmar a efetividade das decisões do Congresso brasileiro na conquista dos direitos da mulher não é apenas reconhecer o papel expressivo que vem desempenhando nas questões de gênero. É mais do que isso. É, de certa forma, ratificar o compromisso de nossas ações parlamentares.

Voltemos nossos olhares, por poucos momentos, e veremos o fio que teceu os 500 anos do Brasil. Surpreender-nos-emos por encontrar mulheres em todos os quadrantes desta Nação, desde os primórdios da colonização, tecendo os acontecimentos que marcaram a nossa história. Pela grandiosidade de seus atos, pela intervenção destemida nos fatos, pela dedicação à Pátria, as mulheres imprimiram sua marca pessoal na história brasileira.

Logo iremos encontrar, nas primeiras décadas de 1500, a formosa índia Paraguaçu, a ministrar, com sincero fervor religioso, ensinamentos da religião católica aos seus irmãos indígenas. Um século mais tarde, outra indígena, Clara Camarão, empunhando armas na liderança de um grupo de mulheres, no enfrentamento do numeroso exército de Maurício de Nassau.

Pesquisa recente revelou um fato até então desconhecido. Consta que foi uma mulher, a portuguesa Inês de Sousa, esposa do governador do Rio de Janeiro, que salvou a cidade, no século XVI, de um ataque de três naus francesas carregadas de corsários. Estando o governador ausente, ela liderou a defesa do litoral, ordenando a mulheres, velhos e jovens que vestissem armaduras masculinas e forjassem manobras de defesa nas praias.

Outras mulheres comandaram capitânias hereditárias: Ana Pimentel, em São Vicente; Brites Mendes de Albuquerque, em Pernambuco; e Luíza Grimaldi, no Espírito Santo. Enquanto os maridos seguiam em missões pelo interior, cabia às mulheres cuidar das propriedades e defender o território. A personagem Mãe Cândida, do livro "A Muralha", da paulista Dinah Silveira de Queirós, apresentado atualmente em formato de seriado pela TV Globo, dá-nos a imagem do valor dessas mulheres intrépidas, lutando sozinhas contra todas as adversidades.

Sr^a Presidenta, Sr^s e Srs. Senadores, Sr^s e Srs. Deputados, portanto, Sr^s e Srs. Congressistas, transportemo-nos agora para um cenário mais recente, o dos últimos cem anos. Não podemos deixar de considerá-lo um século de espantosa transformação. Mas, em nenhum momento, foi tão ou mais revolucionário quanto no tocante às mudanças ocorridas na vida das mulheres. Sufocadas fisicamente pelos espartilhos e tolhidas socialmente por rígidas normas de conduta, a mulher do início do século libertou-se das amarras que a cerceava e renasceu cem anos depois empunhando seu futuro nas mãos plena de sua identidade e senhora de seus anseios.

Mas nenhuma revolução se faz num passe de mágica. Mudanças nas estruturas sociais não acontecem por obra do sobrenatural ou do acaso. Resultam de lutas, de muitas lutas como a que vitimou, em 8 de março de 1857, as 129 tecelãs de Nova Iorque, queimadas vivas por reivindicarem salários iguais aos dos homens, redução de jornada e melhores condições de trabalho.

Vejam, Sr^s e Srs. Congressistas, como as conquistas são árduas e tardias! Ainda hoje as mesmas condições que levaram essas trabalhadoras à morte persistem em muitas sociedades. São bandeiras ainda muito atuais pelas quais milhões de mulheres pelo mundo afora lutam. Digo isso para que não pensem, principalmente as gerações mais jovens, que as conquistas são alcançadas sem lutas e sem mortes.

Além disso, não se pode pensar que a luta das mulheres para combater a discriminação e a desigualdade data de tempos recentes. Sempre houve mulheres que arriscaram a própria vida para fazer valer os seus direitos.

No Brasil deste último século, muitas mulheres ilustres, muitas vezes esquecidas pela história, lutaram por fazer valer os direitos das mulheres. Na primeira década do século, temos de mencionar a ação da Prof^a Leolinda de Figueiredo Daltro, que organizou o Partido Republicano Feminino. Alguns anos depois, sob a batuta de Bertha Lutz, foi realizado no Rio de Janeiro o primeiro Congresso Feminino Brasileiro.

Tenho orgulho de registrar a conquista de uma conterrânea, a capixaba de Guaçuá Emiliana Viana Emery, ao obter, em 1929, por via judicial, o registro eleitoral e o direito ao voto. A outorga desse direito só viria em 1932.

No campo jurídico, de estrutura tão rígida, temos de destacar a presença, nos anos 40, de Cecília Cerqueira Leite Zarur, primeira mulher a assumir o cargo de Procuradora da República.

O arrojo e o vanguardismo de muitas mulheres como essas que acabo de mencionar e tantas outras brasileiras foi ingrediente importante na luta pela conquista dos direitos femininos.

A instituição da Década da Mulher, pela ONU, em 1975, fez com que mais de uma centena de países subscrevessem a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, em Nairóbi. A humanidade passou a ver nas mulheres não mais meras coadjuvantes do processo civilizatório, mas agentes efetivas. Tive o privilégio de constatar isso ao participar da 2^a Conferência da ONU, realizada na China em 1995.

No Brasil amplia-se e diversifica-se a presença das mulheres nos partidos políticos, nos sindicatos e nas associações comunitárias. Os poderes constituídos reconhecem a nova condição feminina. A Constituição Federal impôs a superação das discriminações. Foram criados os Conselhos dos Direitos da Mulher e o CNDM, hoje tão bem presidido pela Dr^a Solange Bentes Jurema. Surgem programas específicos de saúde integral e de prevenção e atendimento às vítimas de violência sexual e doméstica.

Inúmeras ONG e associações de mulheres desencadearam campanhas visando estimular e apoiar a participação das mulheres na vida política da Nação. O movimento feminista tem buscado tanto a regulamentação de dispositivos constitucionais quanto a implementação de políticas públicas

direcionadas para a equidade nas relações de gênero.

Meu envolvimento com a luta das mulheres por condições igualitárias não é uma opção tardia, de última hora. Os que conhecem minha trajetória pública sabem que sempre tive a convicção de que a mulher na política faz toda a diferença. Percebi desde logo que o poder de decisão torna-se um instrumento precioso quando exercido por uma mulher. Precioso e diferenciado, devo dizer: precioso para encaminhar ações políticas que favoreçam o gênero feminino; diferenciado para não reproduzir as relações de uma política de feição oligárquica. O que quero dizer, Sr^a Presidenta, é que as mulheres em posição de liderança não podem agir como se homens fossem.

Defendo maior participação das mulheres na política e no poder não simplesmente por uma questão de alternância de sexo, mas porque podem elas imprimir à política um modo feminino de pensar o mundo. Talvez por ter-se dedicado por tantos séculos a cuidar de pessoas no seio da família – as crianças, os idosos, os doentes –, desenvolveu na mulher uma sensibilidade rara para olhar o mundo de forma mais solidária, mais compreensiva, mais humana. Se ficou alijada do poder por tanto tempo, preservou a sensibilidade para as questões da vida e do cotidiano.

Pesquisa do Instituto Vox Populi comprova que tal expectativa é verdadeira. Indagado sobre se votaria ou não numa mulher para cargo público, o brasileiro respondeu maciçamente a favor das mulheres. Para Prefeito, 84% dos pesquisados responderam que votariam em mulheres; para Governador, 80% deram resposta afirmativa às mulheres; e para Presidente do Brasil, o “sim” às mulheres alcançou 72% das respostas. (Palmas.)

Indagada sobre as qualidades de homens e mulheres exercendo cargos de Prefeitos e Governadores, metade dos entrevistados considerou a mulher mais confiável. Cinquenta e sete por cento dos entrevistados responderam que as mulheres são mais honestas; 12% disseram que são os homens. Para 53% dos pesquisados a mulher é mais responsável atuando nesses cargos. Apenas 19% disseram ser o homem.

Para encerrar, Sr^a Presidenta, quero congratular-me com todas as mulheres que, a exemplo de tantas outras que ajudaram a construir, no passado, a história da Nação brasileira, imprimem, no presente, a marca feminina na construção de nosso futuro.

Acredito que somente alcançaremos nossas metas democráticas quando escrevermos a história de nosso Brasil e do planeta a quatro mãos.

Quero deixar aqui um abraço para as senadoras que tanto trabalham nesta Casa e fazem a diferença com os nossos companheiros senadores. E também para as deputadas federais.

Quero homenagear uma Deputada do meu Estado, Rita Camata, única entre as parlamentares que se encontra grávida. Essa será uma criança importante para o País, fará a diferença, como disse no início de minha fala.

Quero também cumprimentar indistintamente nossas assessoras, todas as funcionárias do Senado e da Câmara dos Deputados.

Em nome dessas mulheres, que ficam nos bastidores trabalhando para que possamos vir à tona, deixo um abraço à mulher brasileira neste momento em que comemoramos o Dia Internacional da Mulher, sem esquecer a importância da luta em todos os momentos.

Muito obrigada, Sr^a Presidenta. Muito obrigada a todos. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Emília Fernandes) – Obrigada, Senadora.

Registramos a presença do Deputado Inocêncio Oliveira, Líder do PFL na Câmara, e do Senador Hugo Napoleão, Líder do PFL no Senado.

Registramos, com muita satisfação, a presença da Dr^a Wanda Engel Aduan, Secretária de Estado de Assistência Social do Governo Federal. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Emília Fernandes) – Passamos a Presidência à Deputada Maria Elvira, antes concedendo a palavra ao Deputado Edinho Araújo, que falará pelo PPS.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PPS – SP. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Deputada Maria Elvira, Sr^a Senadora Emília Fernandes, Deputada Iara Bernardi, Dr^a Solange Bentes Jurema, Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Senadora Ana Lucínia Garcia Maldonado, do país amigo Venezuela, Dr. Geraldo Brindeiro, Procurador-Geral da República, Movimento Rural das Mulheres, Senadoras e Senadores, Deputadas e Deputados, meus senhores e minhas senhoras, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Koffi Annan, defendeu no início deste mês uma maior presença feminina nas equipes de paz da ONU em regiões onde há profundas disputas étnicas, como a Bósnia e a Palestina. De acordo com ele, “as mulheres, que conhecem bem o custo dos conflitos, muitas vezes estão melhor situadas do que os homens para preveni-los ou resolvê-los. Quando as tensões

étnicas provocam ou ampliam um conflito, as mulheres constroem pontes e não muros”.

A frase do dirigente da ONU revela que cada vez mais as mulheres estão tendo sua capacidade reconhecida por meio de características que até há pouco tempo eram vistas como motivos de sua “fragilidade”, como, por exemplo, a sensibilidade para problemas humanos.

A idéia de que a mulher é o sexo frágil, portanto, já perdeu sua força. O mundo de hoje precisa cada vez mais do olhar feminino, da análise e das soluções que as mulheres têm para os nossos problemas. Com a maior participação delas na vida das sociedades, todos nós ganhamos.

Houve um período em que as mulheres que trabalhavam eram ou professoras ou enfermeiras não por acaso profissões em que se cuida dos outros, em que há renúncia e dedicação, adjetivos que cabiam muito bem às mulheres. Hoje, não. Elas batalharam, reivindicaram seu espaço e conseguiram romper barreiras que as projetaram muito além dos sonhos das mulheres das gerações passadas.

Hoje em dia não há atividade humana em que as mulheres não estejam presentes com destaque. E o mais importante de todo esse processo talvez seja o fato de que as resistências à ascensão feminina têm diminuído. Já não é difícil ver mulheres atuando em áreas consideradas masculinas, como a de condução de ônibus e caminhões, a de pedreiro ou a de taxista.

A Fundação Seade divulgou, na semana passada, a informação de que a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro, em 1999, aumentou pelo quinto ano consecutivo. No ano passado, do total da população feminina, 52% estavam trabalhando contra 50,8%, em 1998.

Tais índices, porém, ainda são menores do que os dos homens. Do total da população masculina brasileira, 73,4% estão no mercado de trabalho. Sem contar que o rendimento da hora trabalhada pela mulher vale, em média, apenas 76% da hora de trabalho do homem. E que as mulheres ocupam apenas 9% dos cargos de chefia.

É preciso, portanto, no mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, fazer uma reflexão muito séria sobre o papel e o desempenho das mulheres na nossa sociedade. Não podemos nos esquecer de que, de acordo com o IBGE, 30% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres.

Será necessário muito esforço ainda para que a igualdade de direitos entre os gêneros venha de fato a ocorrer. Entretanto, acredito que as barreiras que ainda existem serão vencidas, mais cedo ou mais

tarde, porque se trata de um avanço inexorável de uma questão de direitos humanos, de respeito à metade da população do mundo.

Aplausos à luta, à mobilização e à vitória da mulher brasileira.

Muito obrigado, Srª Presidenta. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Edinho Araújo, a Srª Emilia Fernandes, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Srª Maria Elvira.

A SRA. PRESIDENTA (Maria Elvira) – Registrem-se as palavras do Deputado Edinho Araújo pelo PPS. Registro a presença da Drª Sílvia Lade, Vice-Presidenta do Fórum de Mulheres do Mercosul, Capítulo Brasil.

Com a palavra a Deputada Iara Bernardi, do PT de São Paulo, uma das coordenadoras da bancada feminina .

A SRA. IARA BERNARDI (PT – SP. Sem revisão da oradora.) – Bom-dia aos companheiros da Mesa e a todos os participantes desta comemoração ao Dia Internacional da Mulher e de todas as atividades que a bancada feminina promoveu junto com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e outras entidades.

Atividade que considero extremamente importante, assumida pela bancada feminina em 1995, é o projeto de lei da Deputada Marta Suplicy e sua bancada que institui o sistema de cotas no Brasil: os partidos políticos são obrigados a apresentar parcela de mulheres nas suas chapas que disputam as eleições. Vamos entrar na eleição municipal do ano 2000. Na terceira fase, 30% das chapas devem ser ocupadas por mulheres. Foi uma luta da bancada feminina, é uma ação afirmativa que os países assinaram na Conferência de Pequim, na China, no sentido de termos uma possibilidade, uma ação concreta, a fim de diminuir a enorme diferença existente nos órgãos do poder.

Nas eleições do ano 2000, a bancada feminina também trabalhará para que os partidos políticos, junto ao TSE, com ações concretas, incentivem e apoiem as mulheres, não só para que disputem as eleições, mas também para que o possam fazer em pé de igualdade com os homens, de forma que venham a se eleger e a diminuir – como já estamos fazendo desde a implantação do sistema de cotas – a diferença entre homens e mulheres nos órgãos de poder.

Companheiras que aqui se manifestaram anteriormente já expuseram por que desejamos a

presença das mulheres nas Câmaras Municipais, nas Assembléias Legislativas, na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, enfim, em todos os órgãos de poder. Temos uma tarefa importantíssima a cumprir, homens e mulheres. Este é um País onde há enorme injustiça social; um País que tem um dos maiores índices de desemprego, índices de violência igualmente altos e um dos menores salários mínimos do mundo. A presença da mulher nos órgãos de poder vai, com certeza, contribuir para que venhamos a amenizar ou até mesmo extinguir todos esses problemas que afligem homens e mulheres da sociedade brasileira.

Se, segundo pesquisa realizada pelo Vox Populi, o eleitorado brasileiro tende a classificar as mulheres como mais confiáveis e merecedoras de votos, isso quer dizer que ele quer políticos, homens e mulheres, mais confiáveis. Se, também segundo a pesquisa, as mulheres são tidas como mais honestas no exercício de seus cargos e, portanto, mais merecedoras de votos, isso quer dizer que a população brasileira espera que seus governantes, homens e mulheres, sejam mais honestos e combatam a corrupção no Brasil, nas prefeituras, nos governos estaduais, enfim, em todas as instâncias da política. (Palmas.) Se os eleitores esperam e acham que as mulheres são mais competentes e responsáveis, é porque esperam que nossos políticos, homens e mulheres, quando assumem os órgãos de poder, sejam mais confiáveis e mais competentes, que tenham firmeza e sejam capazes, principalmente, de cumprir tudo aquilo com o que se comprometem durante as eleições.

A população vota, confia e espera que os compromissos sejam cumpridos; que diminuam, volto a dizer, os índices alarmantes que temos no Brasil, de fome, de miséria e de desemprego; e que alcancemos aquilo que a população espera, principalmente: a justiça social no nosso País.

Essa é uma tarefa para homens e mulheres, mas que só vai ser cumprida se tivermos um número representativo de mulheres nos órgãos de poder.

Era o que tinha a dizer em nome do Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigada, companheira Deputada Maria Elvira.

A SRA. PRESIDENTA (Maria Elvira) – Registrem-se as palavras da Deputada Iara Bernardi, em nome do Partido dos Trabalhadores.

Gostaríamos de lembrar às deputadas que, após esta sessão, teremos um ato simbólico na rampa do Congresso, quando vamos soltar cinquenta

balões gigantes com os nomes das mulheres que fizeram a história do País.

Quero pedir às deputadas e senadoras que, por favor, não deixem de ali comparecer, inclusive as que estão nos ouvindo nos seus gabinetes; e que as funcionárias dos gabinetes avisem às Sras Deputadas e Senadoras, visto que precisamos de todas na rampa logo após esta solenidade.

Gostaria, ainda, de registrar as presenças do Dr. Gerardo Tommasini, Presidente da Associação Nacional da Indústria dos Pneumáticos, prestigiando nossa solenidade, e também da Dr^a Kátia Vasconcelos.

A SRA. PRESIDENTA (Maria Elvira) – Concedo a palavra à Sr^a Senadora Marluce Pinto, do PMDB.

A SRA. MARLUCE PINTO (PMDB – RR. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidenta; demais membros da Mesa; Sr. Procurador da República, Sr. Geraldo Brindeiro, aqui presente; Parlamentares; mulheres; mulheres do campo, da zona rural, não poderia deixar de homenagear a Senadora da Venezuela, pois represento o Estado do Norte, Roraima, que faz fronteira com seu país e temos afinidade muito grande com os políticos dali. Hoje, já ouvimos muito sobre as mulheres do passado, das conquistas, dos sofrimentos e ainda das desigualdades.

No entanto, gostaria de aproveitar o pouco tempo nesta tribuna para dizer a todas as mulheres que uma época muito importante para a mulher brasileira foi a da Constituinte. Tive a oportunidade de ser uma das cerca de vinte mulheres da Câmara Federal a participar do evento. E lembro muito bem a cooperação que tivemos de nossos pares, nossos colegas homens Parlamentares. Naquela época, para que se conquistasse a aprovação de uma emenda, precisávamos de 281 votos. E se os homens não tivessem reconhecido o trabalho das mulheres no Parlamento, tenho certeza de que não teriam sido tão solidários ao aprovar quase todas as emendas que nos davam o espaço que já nos estava reservado há bastante tempo, por sermos seres humanos, mas que ainda nossas leis não reconheciam.

Rapidamente, narro fato que aconteceu comigo: há dezoito anos, quando comprei o primeiro imóvel para colocar no nome da minha filha, não tive o prazer de assinar a escritura. Isso só podia ser feito no caso de mãe solteira. Mesmo que o poder aquisitivo estivesse favorecendo a mulher, o companheiro é que tinha de assinar.

Também não tínhamos o direito de registrar nossos filhos, só também na condição de mãe solteira; e ainda havia o impedimento de a mulher ter

direito ao título de terra. Lembro que, antes da Constituinte de 1988, quantas vezes, como esposa de governador do ex-Território de Roraima, facilitávamos a compra de terrenos para as mulheres e realmente eram elas que ficavam nas filas, a fim de terem um lar condigno. Em pouco tempo, quando se separavam, perdiam aquela casa, porque estava sempre no nome do homem.

Todas essas mudanças conseguimos por meio da Constituição, e com a ajuda dos homens. Repito: todos eles também reconheciam que éramos fraudadas nos nossos direitos, mesmo sendo as companheiras e amigas que sempre procuramos ser. Nos primeiros dias da Constituinte, uns poucos diziam: depois as mulheres vão querer mandar nos homens. Isso não aconteceu. Muito pelo contrário, sentimos que há mais solidez nos lares, porque, quando o casal trabalha fora e sabe definir suas funções com dignidade, dividir seu tempo, dando prioridade às coisas mais essenciais para a estabilidade da família, vive-se bem melhor, pois os direitos e obrigações também são divididos. Nós, mulheres, realmente não deixamos de reconhecer, no lar, que temos nosso companheiro, que somos leais a ele, que combinamos as coisas muitas vezes mais elementares para que, juntos, trilhemos uma estrada com bastante sucesso.

Não poderia deixar de reconhecer, neste momento, o papel da Deputada Rita Camata na época da Constituinte, quando chegou a esta Casa, muito jovem, esposa do ex-Governador do Espírito Santo. A imprensa a confundia, como se aqui estivesse apenas para chamar a atenção com sua beleza. Mostrou que veio, quase adolescente, conquistar seu espaço. Até hoje vive com seu marido, com sua família constituída, mostrando que se pode exercer cargo relevante sem deixar de ser a companheira ideal.

Nesta hora, conclamo a todas as mulheres a serem mais solidárias. Tantas e tantas dizem-se discriminadas, mas, às vezes, são muito mais por elas próprias. A maioria neste plenário é de mulher. (Palmas.) Essa escolha tem sido confirmada pelo voto. É muito fácil, a quase nove meses das eleições, falar-se que as pesquisas apontam a preferência pela mulher. Realmente, elas são admiradas pela sua honestidade, pela sua dupla tarefa: além da profissão, os deveres do lar. Mas quando chega a hora das eleições, já vimos muitas não retornarem a esta Casa.

Parece-me que eram 25 na Câmara Federal e apenas três continuam: Rita Camata, Maria de

Lourdes Abadia e, após uma interrupção, Lúcia Vânia. Modestamente, fui Constituinte, e já estou no meu segundo mandato de Senadora. Não posso dizer que em Roraima haja discriminação de mulheres em relação às eleições. Nas Câmaras Municipais e na Assembléia Legislativa há número bastante significativo de mulheres. Proporcionalmente, talvez seja o Estado que mais tenha elegido mulheres para o Parlamento.

Minhas amigas, chegou a hora não de tomarmos o lugar dos homens, absolutamente. Não vou dizer que a mulher, só por ser mulher, é mais honesta. Somos minoria e chamamos mais atenção pelo número que representamos. Mas existem muitos homens honestos no Legislativo, no Judiciário e no Executivo. Devemos ver as coisas com os olhos da beleza.

Hoje sentimos que há muita desigualdade social e existe ainda, não digo nem certa discriminação, mas pouco-caso em relação as nossas crianças. Não podemos culpar apenas os atuais governantes. Isso vem de muitas épocas e, quem sabe, também da nossa educação. Devemos realizar um trabalho conjunto, deixar de reclamar e começar a agir.

Há cerca de quinze dias, fiz pronunciamento no Senado Federal, dizendo que temos de partir mais para as ações e menos para o discurso, menos para as reclamações, e usar nosso tempo naquilo que é óbvio e podemos fazer. Se as coisas estão erradas, vamos unir-nos e realizar um trabalho, começando por cada estado, a fim de melhorar a situação daqueles que estão piores.

Às vezes, as pessoas perguntam: no Senado só há seis senadoras? Sinceramente, acho muito, se, até 1982, nenhuma mulher tinha sido eleita para o Senado da República. Depois, entrou Eunice Michiles, porque havia sido Suplente. Nos idos de 1990, elegeram a mim e Júnia Marise, de Minas Gerais aumentamos para duas. Hoje, somos seis. Proporcionalmente falando, é um grande avanço.

Minhas amigas, louvo a todas as mulheres e com elas congratulo-me, desde o início do século: as que foram ontem homenageadas, as muitas que deixaram de ser, as tantas que estão no anonimato. Às mulheres da área rural, digo que estamos firmes no trabalho pela luta da mulher do campo, mas ainda temos muito a fazer.

Vamos trabalhar conjuntamente com os homens, sem discriminação. Talvez seja isso que esteja atrapalhando nossa disputa aos cargos Executivos, quando não somos tão bem votadas como para o Legislativo.

Quero, nesta hora, que também nos congratulemos com Roseana Sarney, porque tem demonstrado, mesmo quando esteve enferma, ser uma mulher de pulso, uma mulher forte, um exemplo no sentido de que sigamos em frente, certas de que podemos ser no Executivo tão competentes quanto temos sido no Legislativo. (Palmas.)

Agradeço a todos e deixo um abraço para todas as mulheres do mundo, do Brasil e, especialmente, do meu Estado, Roraima. (Palmas.)

A Srª Maria Elvira deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Srª Iara Bernardi.

A SRA. PRESIDENTA (Iara Bernardi) – Registro a presença do Cfemea e das conselheiras do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher de vários Estados da Federação.

A SRA. PRESIDENTA (Iara Bernardi) – Concedo a palavra à Deputada Luiza Erundina, do Bloco/PSB.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (Bloco/PSB – SP. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidenta, sempre que estou presente a um ato destinado à mulher e há a presença de homens, começo saudando os homens, porque a presença deles nesses eventos é, no mínimo, um indicador de que podemos contar com eles na luta pelos nossos direitos e pela igualdade de oportunidades. Não conseguiremos construir a sociedade democrática com a qual sonhamos, se não tivermos a parceria dos homens. A presença deles nesta solenidade ainda pode ser considerada limitada, uma vez que depende da maioria dos Srs. Senadores e Deputados a aprovação de dezenas de projetos que tramitam no Congresso Nacional e dizem respeito aos direitos de nós, mulheres.

A Deputada Zulaiê Cobra, no começo desta sessão, dizia: “Olha, eu acho que nós não temos tanto poder assim. Tanto é que não contamos com a maioria dos Srs. Parlamentares”. Eu disse a S. Exª “Você tem dúvida, Zulaiê, de que nós não temos tanto poder assim como deveríamos ter? Por isso a nossa luta tem de se dar, sobretudo, na disputa e na conquista de poder. Sem poder não transformaremos as situações adversas a nós, mulheres, mulheres do campo, mulheres da cidade, mulheres que ocupam espaços na construção da sociedade, mas sem ter real poder de transformar essas situações e de decidir questões estratégicas do interesse da sociedade e, particularmente, do interesse de nós, mulheres”.

Represento nesta Casa a bancada do Partido Socialista Brasileiro, composta por doze Parlamentares. Sou a única mulher da bancada e a mim foi delegada a tarefa de representá-la neste ato. E, mais, fui líder da bancada no primeiro ano desta Legislatura, o que significa o apreço, o compromisso e a sensibilidade do Partido Socialista Brasileiro para com a questão da mulher, com os nossos interesses, com os interesses de mulheres e homens em construir uma sociedade verdadeiramente democrática.

Ao homenagear as mulheres, quero lembrar aos presentes a figura de uma paraibana, ex-líder sindical, ex-trabalhadora rural. Refiro-me a Margarida Maria Alves. (Palmas.) Ela ousou organizar os trabalhadores rurais sem-terra de sua região na luta pelo direito à terra para trabalhar, sendo vítima do latifúndio neste País. As gotas de sangue e os fragmentos de seu cérebro, estilhaçado pela bala assassina dos que defendiam os interesses dos latifundiários e dos grandes proprietários de terra, respingaram no Brasil e no mundo inteiro. Tal fato tocou cada uma de nós acredito que também os homens e as pessoas efetivamente comprometidas com a democracia, com a liberdade e com os direitos sociais. Certamente Margarida Maria Alves é referência e símbolo, além de servir como estímulo e inspiração para todos nós, mulheres e homens que lutam pela reforma agrária, pela reforma urbana e por igualdade de direitos entre homens e mulheres em nossa sociedade.

Portanto, ao resgatar a memória de Margarida Maria Alves, homenageio, sobretudo, as trabalhadoras rurais que aqui vieram prestigiar esta Casa. Precisamos modificar o Regimento Interno do Congresso Nacional e, em particular, o da Câmara dos Deputados, a fim de que atos como este abram espaço para que possamos ouvir pessoas e entidades que nos prestigiam com suas presenças. (Palmas.)

Finalmente, para não cansar as pessoas que aqui estão, quero lembrar também que este ano estamos celebrando 90 anos de criação do Dia Internacional da Mulher. É uma data importante, um marco na história e na luta das mulheres em todo o mundo. Como já foi dito, temos conquistas a celebrar, mas também temos muito a conquistar, e a conquista de mais direitos depende do quanto conquistaremos mais de poder. Somos apenas 10% de prefeitadas no País, temos apenas uma Governadora, nunca tivemos uma Presidenta da República.

Está na hora de disputarmos o poder real neste País. Disputar e conquistar o poder para transformá-lo,

a fim de não reproduzirmos a prática machista, autoritária e patriarcal na forma de exercer o poder neste País. Não basta que o poder seja conquistado por mulheres e exercido de forma masculina, patriarcal e autoritária. É preciso conquistarmos, disputarmos e ganharmos o poder para transformar a cultura política da forma de exercer o poder no País.

E não vamos aceitar a forma como certos homens se comportam nas relações com as mulheres, muitas vezes desqualificando denúncias sérias, importantes, que podem significar uma oportunidade de se restabelecer a ética e a moralidade em certos Governos, como está acontecendo agora em São Paulo. (Palmas.) Não aceitaremos que desqualifiquem as mulheres e as tratem de forma desrespeitosa como certas autoridades da República vêm fazendo com uma certa mulher, independentemente das razões que a levaram a fazer aquelas denúncias.

Por essa razão, estamos aqui dando seqüência prática à celebração do Dia Internacional da Mulher. Temos de sair de atos como este, muito importante, e de tantos outros que estamos celebrando este ano pelo Brasil afora e aprofundar-nos nas denúncias, nas ações e nas iniciativas concretas, para que homens e mulheres se responsabilizem não só pelos interesses das mulheres, como também pelos atos de uma sociedade desigual que discrimina, estabelece diferenças não apenas em gênero, mas também no que se refere às classes sociais.

Está na hora de mudar os rumos da política econômica deste País; está na hora de denunciar que não é o determinismo econômico nem o tecnológico que explica o desemprego e a pobreza neste País e no mundo, mas a opção política que se faz desse modelo. E também porque a maioria que define essa política é de homens insensíveis à construção da igualdade de oportunidade para homens e mulheres no Brasil e no mundo. (Palmas.)

Esses são os compromissos, a pauta de luta, é o que temos de tirar dessas comemorações, para que no próximo ano, voltando a celebrar esta data, tenhamos mais a comemorar do que a denunciar. Para isso, temos de aumentar nosso nível de consciência, nosso nível de organização e a aliança com os homens que estejam, de fato, comprometidos em transformar o mundo. E transformar o mundo significa ser sensível e estar aberto à causa feminista onde quer que estejamos travando essa luta! (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Iara Bernardi) – Gostaria de requisitar um minuto para fazer uma

denúncia, inclusive pedir a contribuição da bancada feminina e de todas as pessoas que aqui estão representando as entidades ligadas às questões das mulheres.

Defendemos a continuidade e o reforço do trabalho do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Foi publicado no **Diário Oficial** de ontem, quarta-feira, 14 de março de 2000, o Decreto nº 3.382, que aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério da Justiça, e dá outras providências.

Esperávamos que, neste Governo, nesta Legislatura, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher tivesse melhor estrutura de trabalho, mas isso não aconteceu. Esperávamos que ele estivesse vinculado à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, como um departamento, como ocorre com o Departamento da Criança e do Adolescente, com a promoção de direitos humanos. Mas ele foi classificado apenas como um órgão colegiado, sem a estrutura que reivindicamos, para que o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher pudesse desenvolver, junto aos Conselhos Estaduais e Municipais, o trabalho desejado. Esse órgão é importantíssimo para realizar tudo o que foi dito hoje.

Gostaria de pedir, então, a colaboração, o esforço, a unificação das entidades e da Bancada Feminina no Congresso, para que reivindicemos junto ao Ministério da Justiça que o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher seja transformado em um departamento, e não simplesmente em um órgão colegiado sem estrutura para o desenvolvimento de seu trabalho. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Iara Bernardi) – Concedo a palavra à Srª Deputada Elcione Barbalho, do Bloco/PMDB.

A SRA. ELCIONE BARBALHO (Bloco/PMDB – PA. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Parlamentares, demais companheiros presentes, é de se lamentar, como dito pela Deputada Luiza Erundina, que nos dirijamos sempre aos homens. Esse também é um fator importante na luta para alcançarmos, de forma igualitária, os objetivos pretendidos.

Costumo dizer que a mulher não tem de disputar espaço com o homem, mas, sim, buscar seu próprio espaço e capacidade, além de mostrar por que anseia por isso. Isso foi dito por uma pessoa por quem tenho o maior apreço, a companheira Deputada Jandira Feghali.

Há pouco o Deputado Antonio Carlos Biscaia disse às componentes da Mesa que teria imensa satisfação se nós, mulheres, também alcançássemos a Presidência da Casa. Lamentavelmente, somente neste momento nos é dada essa oportunidade. Mas, com certeza, se nos juntarmos e lutarmos, chegaremos a esse patamar, que é um direito, pois somos cidadãs e iguais perante a Constituição.

São 500 anos construindo a história de um País ainda jovem, em desenvolvimento, e, por isso mesmo, tão cheio de desafios, principalmente sociais. Mesmo assim, contradizendo o próprio Hino Nacional, não ficamos "deitados eternamente em berço esplêndido". Se houve momentos em que nos envergonhamos da nossa história, também sentimos orgulho daqueles que ajudaram a mudá-la. Se hoje as desigualdades ainda ferem a nossa sociedade, também existem grupos fortes trabalhando para combatê-las.

É claro que temos muito o que comemorar por estes 500 anos e, sem dúvida, muito trabalho pela frente.

A luta pelos direitos da mulher certamente mistura-se aos 500 anos de Brasil. Esta também é uma história que vem sendo modificada e reconstruída a duras penas, Sr^a Presidenta, Sr^s e Srs. Senadores e Deputados e demais presentes.

É com muito orgulho que a Bancada Feminina do Congresso homenageia, nesta semana, 25 entre tantas valorosas mulheres que ajudaram a mudar os costumes de seu tempo, a melhorar a condição feminina e a melhorar o Brasil.

Lembrando dessas mulheres, fazemos também a nossa homenagem às mulheres anônimas, espalhadas de norte a sul do País, que não se deixam intimidar e, em meio a tantos sacrifícios, conseguem cuidar de seus filhos, chefiar uma família – e vale lembrar quantas mulheres hoje enfrentam a dificuldade de ter um marido desempregado –, cuidar de casa, conquistar, cada dia mais, espaço no mercado de trabalho e ser reconhecidas profissionalmente.

No entanto, os paradoxos existentes, relacionados às conquistas femininas, ainda são muito grandes. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho – OIT, divulgados na semana que passou, no **Correio Braziliense**, no ano 2015 as mulheres terão metade dos empregos da América Latina. Ora, como podemos ainda estar sofrendo com a discriminação no mercado de trabalho? Como podemos continuar aceitando que ainda se pague um salário 30% inferior à mulher? Precisa ser dito, Sr^a Presidenta, caros Congressistas,

que é a mulher quem mais contribui com a sociedade fora do trabalho. Pela lógica, a mulher deveria receber dobrado.

Outro paradoxo: recentemente, uma pesquisa do Instituto Vox Populi revelou a preferência do eleitorado pela mulher, considerando-a mais confiável, mais responsável e até mais firme que os homens. No entanto, Sr^a Presidenta, senhoras e senhores aqui presentes, somos apenas 30 deputadas federais contra 483 deputados, representando pouco mais de 5% do total de Parlamentares na Câmara. No Senado, essa proporção também é semelhante.

Mesmo com tantos espaços já conquistados, a mulher precisa estar mais perto do poder, dentro dos centros de decisão, como o Congresso Nacional, para ajudar a quebrar estes paradoxos.

Este ano teremos eleições municipais e voltaremos a falar da Lei de Cotas. No entanto, antes de buscarmos candidatas, é preciso eu – gostaria que prestassem atenção a esse aspecto que as mulheres ocupem seu espaço dentro dos próprios partidos, nos diretórios regionais e nacionais, nas executivas e em todas as instâncias de poder do processo político. Vamos começar a minar essas diferenças e trazer o reconhecimento de nossas reivindicações em nossas bases. Srs. Parlamentares, há que se tratar a mulher desigualmente para privilegiá-la na proporção de suas dificuldades; dificuldades maiores para nós, mulheres, que somos mais exigidas pela própria vida – pois somos também donas de casa, mães e companheiras.

Portanto, que usemos a Lei de Cotas como uma forma de despertar a sociedade para a importância do engajamento e da participação da mulher na política. Maior participação não só na quantidade de representantes femininas, mas também, e principalmente, na qualidade da atuação política, garantindo-nos a efetiva integração nas esferas dos poder.

Só assim poderemos concretamente extirpar da nossa sociedade as discriminações que ainda persistem, para superar as dificuldades que todas nós, mulheres, enfrentamos na vida profissional e pessoal, cheia de preconceitos e restrições.

Quero homenagear a companheira Deputada Laura Carneiro. Fazemos parte da Comissão que luta contra o narcotráfico. S. Ex^a hoje está ausente; deve estar em Assunção nesta hora, lutando para atingir os objetivos desta tão importante Comissão.

Talvez vocês não avaliem o quanto a Deputada Laura Carneiro e eu estamos arriscando nossas vidas e as de nossas famílias participando dessa tão importante Comissão. Quero humildemente

parabenizar S. Ex^a que, muito mais afoita que eu, como advogada, está realizando um belo trabalho.

Parabenizo também a Governadora Roseana Sarney, acima de tudo, por ser mulher. Independentemente de partido, tenho as melhores informações a respeito de seu trabalho e, com certeza, continuará a administrar o meu Maranhão.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Iara Bernardi) – Chamo para dirigir os trabalhos a Sr^a Senadora Marluce Pinto, antes concedendo a palavra à Sr^a Senadora Heloísa Helena, do Partido dos Trabalhadores.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidenta, quero abraçar todas as mulheres presentes, um abraço apertado, como aqueles que damos em nossas irmãs, nas nossas parceiras de luta.

Todas as mulheres e homens que estão aqui entendem que este Parlamento, instrumento fundamental para a democracia brasileira, não é nada, é insignificante se apenas servir à elite política e econômica deste País e aos saprófitos da humanidade que estão no FMI.

Quero, de forma simbólica, amarrar no nosso muro de lamentações um lenço da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, mulheres sem-terra, sem-teto, pequenas proprietárias de terra, pescadoras, quebradeiras de coco, enfim, todas as mulheres que, com seus corações cheios de coragem e de esperança, de alguma forma abrem caminhos para todos nós.

Quero agradecer e saudar todas as autoridades presentes, ressaltando a presença da Dr^a Solange Bentes, alagoana como eu, que hoje assume o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Eu teria, Solange – e você sabe disso –, de fazer muitas homenagens às maravilhosas mulheres nordestinas, especialmente às alagoanas.

Poderia saudar Dandara, guerreira negra que faz parte da história de toda a luta e resistência não apenas das mulheres negras, mas também das mulheres brancas. Dandara, com seu olhar de pantera, olhou para o seu caçador – e ele vinha com um colar cheio de orelhas humanas –, pulou sobre ele e lutou até a morte.

Poderia aqui homenagear a Deputada Federal do PSDB, Ceci Cunha, embora nunca tivéssemos tido a oportunidade de compartilhar do mesmo palanque, pois era do PSDB. (Palmas.) Ceci Cunha, nossa companheira, foi assassinada pela covardia e pela truculência do crime organizado em meu Estado.

Poderia saudar milhares de mulheres alagoanas, como a companheira Gastone Beltrão, assassinada covardemente nos porões da ditadura, ou a minha Suplente, a querida companheira Maria Ivone, do PCdoB, que, embora tenha sido torturada e seu marido assassinado, também nos porões da ditadura, abriu, como milhares de outras mulheres, caminhos, derrubando obstáculos para que pudéssemos estar aqui hoje.

Por isso é de fundamental importância que neste momento possamos assumir duas palavras de ordem, que estão na marcha de mulheres espalhadas pelo mundo todo, contra a pobreza e contra a violência.

Para enfrentarmos essas duas questões precisamos trazer o debate não apenas para o Congresso Nacional, não apenas para Brasília, cidade dos corações de pedra, onde o centro do poder político resolve muito mais os problemas da elite política e econômica do que de milhões de trabalhadoras brasileiras. É de fundamental importância trazermos a esta Casa e levarmos às ruas a palavra pela reforma agrária, a palavra contra a violência, a palavra contra as pequenas meninas que estão nas ruas vendendo o corpo por um prato de comida, mulheres essas que não podem exercer aquilo que é cantado em verso e prosa, a maternidade, porque muitas vezes sequer têm acesso ao serviço de saúde, a fim de terem os seus filhos e darem dignidade a eles.

Portanto, meu abraço apertado a todas as mulheres brasileiras; a todas as mulheres da América Latina, aqui representadas por uma Senadora da Venezuela; a todas as mulheres do mundo; àquelas mulheres que merecem ocupar espaços e instâncias de decisão política não apenas pela sua estrutura anatômica e fisiológica feminina. Se é para fazer igual, é melhor não ocupar as instâncias de decisão feminina, porque isso significa pisar com muita força nos corações já massacrados das mulheres brasileiras.

Sr^a Presidenta, assim como fiz no plenário do Senado, na segunda-feira, não poderia, da forma como fez a Deputada Luiza Erundina, deixar de registrar o meu protesto, o meu repúdio, que é de todas as mulheres brasileiras, pela atitude desqualificada, truculenta, machista e intolerante do Presidente do Congresso Nacional, ao atribuir palavras como "prostituta" e "louca" a uma mulher que fez uma denúncia. Portanto, o nosso repúdio por esse tipo de atitude. (Palmas.)

Queridas companheiras e companheiros, sei que em nosso mundo existem muitos homenzinhos de alma pequena. Aos homenzinhos de alma pequena respondemos com o coração cheio de coragem e esperança. Aos homens grandes, que entendem que a construção de uma sociedade justa, igualitária e fraterna só pode ser feita de mãos dadas com as mulheres, deixo um poema de um grande homem, Carlos Mariguela.

Eu canto a vida,
Eu canto a liberdade,
Assim como os lírios do campo
Livres e selvagens.
E se os lírios já não nascem como antes,
Existe algo de sombrio.
É preciso abrir uma clareira no bosque.

Que nós, mulheres brasileiras, sejamos as clareiras do bosque para que os lírios, livres e selvagens, como os homens e mulheres brasileiros, possam ter acesso àquilo a que temos direito: uma sociedade justa, igualitária, fraterna, solidária e livre.

Mando meu maior e mais apertado abraço a todas as mulheres. (Palmas.)

Durante o discurso da Srª Heloísa Helena, a Srª Iara Bernardi, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Srª Marluce Pinto.

A SRA. PRESIDENTA (Marluce Pinto) – Quero registrar a presença, neste plenário, do Deputado Arthur Virgílio, Líder do Governo na Câmara, assim como da jornalista Maria Lúcia D'Ávila, do jornal *Persona*.

A SRA. PRESIDENTA (Marluce Pinto) – Concedo a palavra à nobre Deputada Maria Abadia, do Bloco/PSDB.

A SRA. MARIA ABADIA (Bloco/PSDB – DF. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidenta, quero cumprimentar a Mesa, na pessoa da nobre companheira, Senadora Marluce Pinto, que neste momento preside esta sessão. Quero cumprimentar os Líderes dos partidos; o Ex^{mo} Sr. Procurador-Geral da República Geraldo Brindeiro; a Ex^{ma} Senadora Ana Lucínia Garcia Maldonado, da Venezuela; todos os convidados desta sessão; os Srs. Parlamentares e as companheiras.

Todos os anos, por ocasião do Dia Internacional da Mulher, assomamos a esta tribuna para fazer o que fazemos todos os anos: falar de 2.000 anos de discriminação. Subimos aqui para protestar contra a violência que ainda sofrem as mulheres. Todos os anos, falamos das mulheres brilhantes que ajudaram a escrever os 500 anos de história do nosso País.

Hoje não trago um discurso elaborado. Apenas quero fazer alguns registros. Primeiro, desejo expressar minha alegria de ser Deputada por Brasília, a Capital de todos os brasileiros. Hoje, quando vi o belíssimo documentário "Retrato de Mulher", exibido no início da sessão, pensei em Brasília, porque a cidade é a síntese, o retrato do Brasil. Aqui temos as coisas mais bonitas do mundo, mas também temos as mais tristes do nosso País. Brasília é como esse documentário. É a nossa história, é a história do povo brasileiro. E tenho uma grande alegria por ser a única mulher da Capital do Brasil a ocupar esta tribuna para falar neste Dia Internacional da Mulher.

Também muito me alegra pertencer ao PSDB, partido que tem a maior bancada de mulheres no Congresso Nacional. Sei que isso é muito importante, porque quando estamos aqui, na luta pela melhoria, pela construção de uma sociedade mais justa, sabemos ser generosas e deixamos de lado as diferenças ideológicas, políticas e religiosas.

Gostaria também de resgatar um pouco da história das mulheres Constituintes. Fiquei muito emocionada, companheira Marluce, quando V. Ex^a indagou: "Onde estarão aquelas mulheres que ajudaram a escrever a Constituição do Brasil?". Hoje somos apenas quatro: Marluce Pinto, Lúcia Vânia, Rita Camata e eu. Devemos ao povo brasileiro a história das Constituintes no processo constituinte. Naquela oportunidade, o Brasil inteiro queria saber qual o papel das 25 mulheres Constituintes, qual a sua luta. Qual não era a decepção quando abríamos os jornais e líamos matérias dando conta de quais eram as mulheres mais bonitas na Constituinte, as mais elegantes, que perfume usavam. Os jornais publicaram uma espécie de fichinha dizendo das preferências das mulheres Constituintes em questões de moda.

E as questões do País? Lembro-me muito bem que quando da polêmica discussão do aborto muitos companheiros disseram: "Ah, isso aí é com as mulheres". Temos de registrar essa história: fomos em comissão ao Presidente da Constituinte, o saudoso Ulysses Guimarães, pedir banheiro para as mulheres no Plenário. Oscar Niemeyer, com toda a sua inteligência, com toda a explosão e beleza da sua arte arquitetônica, esqueceu-se de colocar banheiros para as mulheres no Congresso Nacional.

Vamos escrever, sim, Marluce Pinto, Rita Camata, Lúcia Vânia, essa história. É importante que nossas companheiras de hoje conheçam o que passamos no processo constituinte.

Quero também deixar uma mensagem às mulheres do meu País. Várias oradoras lembraram que este é um ano eleitoral. Apelo para as mulheres do Brasil que tenham coragem, lutem por uma legenda e vão para as ruas, não como simples coadjuvantes, mas como líderes de uma sociedade que quer construir um mundo melhor.

Ouvi nesta sessão muita coisa interessante, principalmente que nós, mulheres, sabemos escutar o coração do povo brasileiro, que as mulheres constroem pontes e não muros. Houve mensagens maravilhosas deixadas aqui.

Mas a minha palavra muito especial é para as mulheres parlamentares, deputadas e senadoras. Não gostaria de sair desta homenagem à mulher sem deixar, como declaração de reconhecimento, de solidariedade e de cumplicidade com as companheiras a frase de um poeta que cabe perfeitamente para dar fecho a tudo o que foi dito: "Quem abre picadas corre o risco das cobras, mas é sobre os pés de quem sai na frente que pousam as borboletas".

Com essa mensagem, convido as mulheres do meu País a entrarem na política para que possamos operar as mudanças tão esperadas.

Deixo um viva a todas as mulheres do planeta; um viva a todas as mulheres brasileiras; um viva a todas as mulheres candangas, que ajudaram a construir a Capital de todos os brasileiros, as companheiras de Brasília; e um viva a todas as mulheres que sonham com a construção de uma sociedade mais justa, mais humana, mais solidária, uma sociedade para homens e mulheres.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – Srª Presidenta, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Marluce Pinto) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, quero registrar a presença da Vereadora Elza Corrêa, de Londrina, membro do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres. É uma mulher guerreira e exemplo de Vereadora, que está fazendo um grande e extraordinário trabalho em Londrina contra a corrupção, pela moralidade e em defesa das mulheres de Londrina e do Norte do Paraná.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Marluce Pinto) – Nobre Deputado, agradeço a V. Exª o registro.

A SRA. PRESIDENTA (Marluce Pinto) – Senhoras e senhores, eu disse anteriormente que

somos seis mulheres no Senado Federal. Recebi agora o comunicado de que nos próximos dias assumirá Telma Siqueira Campos como 1ª Suplente do Senador Eduardo Siqueira Campos, do Tocantins. Com isso, seremos sete Senadoras. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Marluce Pinto) – Concedo a palavra à Senadora Maria do Carmo Alves, do PFL.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidenta, demais componentes da Mesa, ilustre Senadora Ana Lucínia Garcia Maldonado, da Venezuela, Srª Deputadas e Senadoras, convidados para esta solenidade, Dr. Geraldo Brindeiro, Procurador-Geral da República, se compararmos a situação da mulher de hoje com a de séculos passados, podemos verificar com entusiasmo o quanto evoluímos desde os tempos remotos, quando éramos dominadas pela hegemonia da força, até os tempos de hoje, em que predomina o poder do conhecimento e da inteligência.

Mesmo em nossa cultura cristã, que valorizou a mulher pela glorificação da maternidade, ela sempre foi relegada a segundo plano, como se fosse a única herdeira da tentação do Éden, cujo preconceito vinha atravessando os tempos, tanto que, em pleno século XV, do Renascimento e do início das grandes descobertas, o Santo Ofício da Inquisição chegou a declarar formalmente que a mulher seria a fonte de todo o mal.

São, evidentemente, passagens pitorescas, mas que revelam o ranço histórico que a muito custo foi-se desentranhando da cultura dos povos, até chegarmos à mulher moderna, trabalhadora, atuante, disposta e competitiva, mas que, mesmo exausta e muitas vezes incompreendida em sua nova liberdade, continua mãe, esposa, amiga e companheira, querendo participar, com toda a sua força, com todos os seus sonhos e discernimento, da construção de um mundo melhor e mais justo.

Considero que a conquista mais importante do movimento feminino indiscutivelmente foi o direito ao voto, que permitiu às mulheres, antes marginalizadas da vida pública, a prerrogativa de também escolher os seus governantes. Mulheres que, na virada do século passado, estavam impedidas, por exemplo, de advogar, de exercer a medicina e outras atividades liberais, nesses últimos anos chegaram, com toda presença e preparo, aos Executivos Municipais, às Câmaras de Vereadores e aos quartéis, redutos historicamente masculinos.

Subimos, premidas pelas dificuldades, nos andaimes da construção, galgamos elevados cargos

executivos nas repartições públicas e empresas privadas, ingressamos nas Academias de Letras, nas competições esportivas internacionais e nas delegacias policiais. Estamos desembarcando em maior número no Congresso Nacional, chegamos aos Tribunais Superiores, começando pelo STJ, e vamos nos tornando presença cada vez mais marcante nos juizados e Tribunais de Justiça.

Temos tudo o que a natureza nos proporcionou para decidirmos com sabedoria. Somos naturalmente educadoras, temos senso de organização, desenvolvemos uma apurada sensibilidade, amamos a justiça e somos mãe da humanidade. Por essa razão, queremos o melhor para o gênero humano.

Curiosamente este ano veio a se tornar muito especial nas comemorações do Dia Internacional da Mulher em nosso País, porquê, transcorrido no dia 8 de março, coincide com a data em que a esquadra de Cabral iniciou sua fantástica aventura há 500 anos, o que resultou no descobrimento do Brasil e na construção de um novo tempo na história do homem.

O ano 2000 será também marcado por grandes conquistas do movimento feminino e um período promissor na construção de uma convivência mais saudável, justa e feliz para a família humana.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Marluce Pinto) – Registro com satisfação a presença do Senador José Fogaça, do Rio Grande do Sul, nesta sessão de homenagem.

O SR. SIMÃO SESSIM – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Marluce Pinto) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. SIMÃO SESSIM (PPB – RJ. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr^a Presidenta, Sr^{as} e Srs. Congressistas, nada mais justo do que as homenagens que esta Casa todo ano presta à mulher, na data que lhe é mundialmente consagrada. Hoje e sempre haverá motivos para reverenciar a mulher pela importância que ela tem, para demonstrar o nosso respeito, além de dizer-lhe de viva voz o quanto somos solidários à sua luta, o quanto nos concernem suas dificuldades e interesses, o quanto nos sentimos vitoriosos por suas vitórias.

Graças à bravura, à resistência, ao exemplo, muitas vezes de sofrimento, de desprendimento e de fé de grande parte delas, aprendemos, todos os homens e as próprias mulheres, a ver o mundo de outra forma, entendendo melhor o semelhante, as

expectativas que alimentam e a capacidade de mudar a ordem das coisas. Ainda que levem anos, de cada palmo trilhado na trajetória que empreendem essas mulheres surgem proveitos coletivos, grandes avanços da sociedade, em direção a um mundo melhor.

Esse caminhar já vai bem longe. Antes, era apenas a vontade, o desejo de uma minoria de ir além da casa paterna, da comunidade paroquial ou do casamento. Mais do que um desejo, eu diria que era uma necessidade. Ela precisava expandir-se intelectual, econômica e politicamente. Depois, sobreveio a ação concreta, e a mulher foi à universidade, às ruas, ao trabalho. Fez-se ouvir, transpôs obstáculos. Algumas, não muitas, infelizmente, ainda galgaram postos importantes em empresas privadas, bem como na administração pública; elevaram-se a posições de chefia, firmaram lideranças, sufragaram nas umas, obtiveram mandatos. Juntas, falaram, reivindicaram, participaram, e um bom número conseguiu, não obstante ter muito ainda a conseguir.

Raros grupos, na história da humanidade, lograram ser tão maciços e agir de forma tão uníssona, deduzidas as óbvias diferenças culturais e talvez mesmo antropológicas, o que nos leva a especular se esse não seria um fenômeno também biológico, a par de social e cultural. Não há de ter sido por acaso essa explosão de sentimentos e comportamentos, quase concomitante em todo o mundo, antes mesmo que a tecnologia e os meios de comunicação procedessem, para o bem e para o mal, à integração efetiva do globo.

A mulher, assim me parece, foi tão predestinada à segregação e às injustiças quanto à realização pessoal, ao sucesso profissional e à felicidade plena. E não foi, ainda, casual o fato de as sociedades que mais cedo reconheceram isso serem as mais humanizadas, as que apresentam menores índices de violência e insatisfação, as que melhor protegem a infância, as mais avançadas do ponto de vista seja da valorização do indivíduo, seja da justiça social.

O Brasil, nesse quadro caótico de desigualdades, uns esbanjando, outros sobrevivendo; uns obesos, outros famintos; uns alagados, outros na seca; uns violentos, outros acuados; uns doutores, outros analfabetos, é um País que precisa muito ainda da argúcia, da sutileza, da sensibilidade, da justeza e da inteligência femininas para vencer a crise interminável, crônica, que por alguns anos deu certa trégua, mas que no fundo é sempre a mesma: a grande crise do atraso.

Uma Governadora Estadual, Roseana Sarney, e uma minoria de mulheres no Legislativo e no Judiciário brasileiro é muito pouco, ainda. No Executivo, por exemplo, não há nenhuma Ministra, o que, nesse caso, afigura-se como um retrocesso perante outros Governos, no passado.

É, portanto, lamentável, Sr^a Presidenta, que, depois de as mulheres terem mostrado a capacidade que possuem e de, retoricamente, pelo menos, os homens públicos brasileiros a reconhecerem, é lamentável, repito, que lhes falte ainda a iniciativa de dividir a responsabilidade na condução do País, com tantas delas que aí estão, plenas de idéias e de vontade.

Assim, nobres colegas, sem qualquer veiosidade, no sentido de abraçar a causa das mulheres, até porque essa causa pertence a elas, mulheres, a homenagem que presto representa a voz da solidariedade, do apoio, do entusiasmo com que vejo cada uma de suas bandeiras serem perseverantemente empunhadas, até que prevaleçam os critérios de igualdade entre os cidadãos e as cidadãs que fazem o Brasil.

No Dia Internacional da Mulher, os meus parabéns à mulher brasileira.

A SRA. PRESIDENTA (Marluce Pinto) – Antes de conceder a palavra à última oradora, por solicitação do Presidente da Casa, Deputado Michel Temer, quero informar o seguinte:

O Presidente Michel Temer comunica aos Srs./ Deputados que a sessão extraordinária da Câmara, anteriormente prevista para após a presente sessão, será realizada às 14 horas e 30 minutos, ficando cancelada a sessão ordinária.

A SRA. PRESIDENTA (Marluce Pinto) – Convido a Deputada Esther Grossi para assumir esta Presidência.

A Sr^a Marluce Pinto, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sr^a Esther Grossi.

A SRA. PRESIDENTA (Esther Grossi) – Concedo a palavra à nobre Deputada Alcione Athayde.

A SRA. ALCIONE ATHAYDE (PPB – RJ. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidenta, Sr^s e Srs. Congressistas, senhoras e senhores que estão hoje conosco, mais uma vez estamos aqui para comemorar o 8 de março, Dia Internacional da Mulher. E, também mais uma vez, aproveitamos a

oportunidade para refletir a respeito de problemas, debater a situação atual e detectar avanços visualizados para a mulher brasileira.

Nos últimos tempos, temos tido a oportunidade de acompanhar balanços financeiros e estudos que prenunciam a recuperação de nossa economia. Se o quadro, apresentado pelo Governo e pelos órgãos que trabalham com essas estatísticas, demonstra a realidade do Brasil, considero ser mais do que hora de reinvestirmos no social.

Temos procurado pautar a nossa atuação nesta Casa em prol do desenvolvimento da juventude. Aproveito o momento para analisar alguns tópicos que afetam diretamente as nossas jovens mulheres. As dificuldades, muitas das vezes, começam dentro de casa. Os problemas financeiros conduzem muitas famílias a viverem próximas ou em pleno estado de miséria, condição propícia para que suas filhas venham a freqüentar ruas, ingressar no mundo das drogas e da prostituição. Por diversas vezes, a imprensa tem denunciado esses fatos, sobre os quais já tive a oportunidade de me pronunciar neste plenário.

Há o problema da gravidez precoce. Pesquisas realizadas demonstram que o número de jovens que tem relação sexual dobrou em uma década, das quais 20% que tiveram filhos engravidaram ainda no primeiro mês de relação sexual e outras 50% nos três primeiros meses. Para as jovens mães, as conseqüências são nefastas. Além das possibilidades de gravidez de risco, evasão escolar e conseqüente baixa escolaridade, comprometem suas chances no mercado de trabalho, já bastante diferenciado para as mulheres, inclusive quando se trata de salários.

As soluções desse problema é claro que são possíveis e já foram discutidas em inúmeros fóruns. Educação pública para todos, serviço de saúde que previna doenças e oriente as jovens para conhecerem seus corpos, e a busca de estabilidade econômica que possibilite a geração de novos empregos são as premissas que devem orientar nossos trabalhos.

Sabemos que a superação das dificuldades entre homens e mulheres depende da democratização dos centros de poder, incluindo a mulher em todas as instâncias. Porém, antes de atingirmos esse estágio, devemos resgatar nas nossas jovens a esperança e a confiança de que somos uma Nação unida e forte.

Por isso, nesta oportunidade em que falo das jovens mulheres brasileiras, gostaria de lembrar minha experiência de vida. Sou mãe de cinco filhos, médica, hoje Deputada Federal no meu quinto ano de mandato; sou do interior do Estado do Rio de Janeiro, nasci em bairro pobre. Tenho dito em reuniões,

quando refletimos sobre a realidade da mulher brasileira – tão bem mencionada hoje por meio de vídeo, intervenção das parlamentares e de todos que se pronunciaram –, que nós, homens e mulheres que convivemos neste pequeno planeta azul chamado Terra, não somos nem melhores nem piores, nem mais nem menos importantes. Temos, sim, vivências, experiências diferentes. E são elas que, trabalhadas conjuntamente, farão a harmonia e o crescimento deste nosso pequeno planeta.

Deixo aqui mensagem específica às jovens mulheres brasileiras: que neste despertar de milênio tão decantado pela humanidade continuem não com gana de poder, mas com decisão de trabalho pelo bem comum. Com essa determinação que forjamos no dia-a-dia na cozinha, na escola, na vida difícil, na paciência e no amor aos filhos, ao marido, à casa e à humanidade, tenho certeza absoluta de que no século XXI, que se abre, contaremos uma história de fluir diferente, em que certamente teremos Michelles, Antônias e uma Fernanda dessas, maravilhosa, dirigindo nosso País. Possivelmente não teremos 100% de ministras, mas homens e mulheres trabalhando unidos, fraternalmente, para o bem comum.

Parabéns a todas vocês, mulheres do Brasil.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Esther Grossi) – Registro que a Deputada Laura Carneiro, por se encontrar em Mato Grosso, a serviço da CPI, não pôde estar presente a esta homenagem.

O SR. DEPUTADO PEDRO WILSON ENCAMINHOU DISCURSO À MESA PARA SER PUBLICADO, NOS TERMOS DO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, PRIMEIRO SUBSIDIÁRIO DO REGIMENTO COMUM.

S. Ex^a será atendido.

O SR. PEDRO WILSON (PT – GO) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, no último dia 8 de março, dia em que comemoramos “O Dia Internacional da Mulher”, aconteceu em todo o mundo o lançamento oficial da Marcha Mundial das Mulheres, uma grande mobilização internacional contra a pobreza e a violência sexista.

A Marcha Mundial das Mulheres pretende mobilizar e organizar a comunidade internacional pela conquista da justiça e igualdade para todos os habitantes do planeta. Seu objetivo é influenciar os poderes econômicos e políticos, exercer pressão sobre os responsáveis pelos países e pela Organização das Nações Unidas.

As mulheres marcharão todas unidas num grande movimento contra as desigualdades sociais e contra o domínio de uma ordem econômica mundial que serve a poucos enquanto joga na miséria milhões de seres humanos. Contribuindo, assim, com a construção de mundo baseado na distribuição de riquezas, na posse da terra para quem dela vive e nela trabalha, na soberania dos povos dos países frente aos grandes donos do mundo.

Ao tempo em que saudamos essas mulheres maravilhosas, por mais esta manifestação de cidadania e garra, lamentamos que no limiar do terceiro milênio a mulher ainda necessite realizar marchas pra que seu grito de protesto seja ouvido por todos. É estranho a mulher necessitar de lutar por seus direitos, sendo ela, um ser humano dotado de infinitas capacidades, deveria sempre ter tido o mesmo valor social do seu companheiro, o homem, para que juntos tornassem o mundo completo, fraterno, unido e justo.

Porém, a realidade demonstrou ser cruel com a mulher por vários séculos, onde era vista apenas como geradora, sem nenhuma perspicácia para qualquer outra função. Incrivelmente, somente na metade do Século XX ela finalmente começou a ocupar um espaço digno, que deveria sempre ter ocupado justamente por possuir uma alma e mente, não apenas um útero.

Na disputa pelo mercado, nas manifestações de idéias e opiniões, pela liberdade comportamental e sexual, as mulheres gritaram e amaram, mudaram e sofreram. E o sofrimento continua atualmente, pois apesar dos avanços e conquistas alcançadas pelas mulheres, que ocupam, hoje, lugar de destaque em várias instâncias da sociedade como: na política, nas artes, nas ciências, nos setores produtivos, na educação etc. É lamentável a frequência com que se vêem casos concretos de discriminação, como salários inferiores, dificuldade na promoção profissional, quando não na simples conquista e manutenção do emprego, sem falar da violência a que a mulher é tão comumente submetida, pela simples condição de ser considerada mais frágil fisicamente.

Nas Américas, assim como na África e na Ásia as mulheres são as que mais sofrem com os problemas sociais e econômicos que afligem os países menos desenvolvidos. Quanto mais intensa a pobreza econômica, mais profunda a injustiça social, maior o preconceito contra o sexo feminino, mais forte a discriminação que busca pôr à margem pessoas que são vistas não como companheiras dos homens,

mas como seres inferiores a quem não se deve dar mais do que o pouco que merecem.

Ainda, hoje, mulheres árabes lutam pelo voto, as indianas contra o sati, viúvas ainda são queimadas na fogueira, porque, com o marido morto, considera-se que não tem mais vida própria, fetos do sexo feminino ainda são abortados no sudeste asiático.

No Brasil, assim como em vários países do mundo, enfrentam a prostituição, o tráfico de mulheres e meninas para países europeus e asiáticos e a violência, que se constituem nos maiores problemas, enfrentados pela sociedade, pelos movimentos de mulheres, no que diz respeito à violação dos direitos humanos das mulheres.

Além da prostituição, ainda, enfrentam o narcotráfico, a falsificação de documentos, o contrabando de armas, o confinamento em clubes, fazendas, a retirada de documentos pessoais, que geram a morte, a degradação física, psicológica e a violação dos direitos de cidadania. São levadas para o exterior com a promessa de melhores salários e a esperança de uma vida melhor.

A violência doméstica é a forma mais comum de violência contra a mulher no Brasil, e inclui o assassinato de cônjuges, a agressão doméstica, o abuso e o estupro. Ainda que as delegacias representem um avanço extraordinário no sentido de que abordam as causas e conseqüências específicas da violência contra a mulher, sua capacidade de proteção dos direitos da mulher continua a ser limitada em razão da falta de recursos humanos e materiais, da preparação insuficiente de pessoal especializado e não-especializado (nos quadros da polícia) para tratar de casos de violência e de questões gerais da mulher, e da insuficiente coordenação com o restante da organização policial. As policiais especializadas existentes não podem atender todas as vítimas. Nas áreas rurais, em particular, as mulheres contam com muito poucos recursos oficiais contra a violência e para obter ajuda. Além disso, mesmo onde existem essas delegacias especializadas, é freqüente que as queixas não sejam totalmente investigadas ou processadas, em outros casos, as mulheres não apresentam queixa formal contra os agressores.

Grande número de mulheres sofrem os abusos não-físicos. Pesquisa realizada pelo Instituto Data Kirsten, ano passado, ouviu 800 mulheres da cidade de São Paulo, entre 16 e 70 anos. Aproximadamente 45% das entrevistadas afirmaram já ter sofrido algum tipo de abuso psicológico. Os mais comuns foram cenas de ciúmes sem motivo (32,6%), comportamento

superprotetor (12,1%) e a manifestação de raiva ou fúria freqüentes (11,9%).

Violência que reflete a desigualdade histórica das relações de poder entre homens e mulheres. A violência afeta todas as mulheres e meninas, mas são mais vulneráveis aquelas que vivem em condições de precariedade absoluta, as que sofrem discriminação devido a sua raça, religião, orientação sexual, assim como mulheres indígenas, imigrantes, refugiadas ou que vivem sob ocupação estrangeira.

No que diz respeito ao trabalho, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, no Brasil, embora a discriminação nos salários, nas contratações e no exercício de funções seja proibida por lei, a discriminação por razões de sexo ainda persiste no nosso mercado de trabalho. Enquanto 3 de cada 4 homens estão trabalhando ou procurando emprego, essa relação cai de 1 para 2 no caso das mulheres (1997). Em outras palavras, metade das mulheres em idade de trabalhar fora, cuida da casa, dos filhos, não sendo remuneradas por isso. Mas, as mulheres continuam na luta pressionando muito o mercado de trabalho à procura de emprego, apesar das dificuldades em compatibilizar o trabalho doméstico remunerado.

Metade das mulheres que trabalham encontra-se no setor informal, sem nenhum tipo de proteção social ou direito previdenciário. Elas estão concentradas num número pequeno de atividades e ocupações: 2/3 desempenham funções no serviço público (educação, saúde e serviços pessoais) e outros tipos de serviços, perto de 15% apenas trabalham na indústria, onde os salários são mais altos e 40% das mulheres ocupadas no meio rural não recebem salários.

Mais de 80% das pessoas ocupadas como costureiros, professores de 1º grau, secretários, telefonistas e/ou telegrafistas, enfermeiros e recepcionistas são mulheres. E essas são as ocupações pior remuneradas do País. O número de mulheres que ocupam cargos de chefia é mínimo. Embora de cada 100 pessoas que trabalhem 40 sejam mulheres, elas raramente conseguem subir na hierarquia funcional das empresas.

Dados do Governo indicam que nos anos 90 as mulheres com educação e conhecimentos idênticos aos dos homens ganhavam 54% dos salários a estes pagos. A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE publicou uma pesquisa segundo a qual, em termos gerais, os homens recebem sete vezes o salário mínimo, ao passo que as mulheres recebem três ou quatro vezes essa quantia. No Estado de Goiás, na medida em que o valor do salário

aumenta, o número de homens ocupando esses postos de trabalho também aumenta. O número de mulheres que recebem até 1/2 salário mínimo é superior ao dos homens. Em todas as situações, inclusive como patrões, as mulheres recebem menos que os homens, além de exercerem uma dupla jornada: uma no local de trabalho, e outra, tão mais cansativa, no lar.

As mulheres estão muito mais sujeitas a riscos de saúde provocados pela inexistência ou difícil acesso ao planejamento familiar; centenas, ainda, morrem de parto, pela ausência de acompanhamento pré-natal, abortos sem o devido acompanhamento médico, etc. São a maioria no setor informal da economia e no subemprego, sua responsabilidade é crescente como cabeça da família, freqüentemente são vítimas de violência social e doméstica, avolumam as estatísticas do assédio sexual e do estupro, ganham bem menos do que os colegas pela mesma produção e, ainda, sofrem devido à precariedade dos instrumentos legais de promoção da igualdade, apesar dos dispositivos constitucionais garantirem.

A situação das mulheres não é muito diferente nas sociedades consideradas desenvolvidas, lá elas ainda se encontram longe da igualdade. Comparadas com os homens, as mulheres têm pouca representação nas profissões e na política, recebem salários menores por seu trabalho, e trabalham mais devido as suas múltiplas responsabilidades com relação às atividades domésticas, aos cuidados com os filhos.

No caso do Brasil, para que fosse menor a desvantagem, bastaria respeitar a lei, a partir do que dispõe o art. 5, inciso I, da Constituição Federal: "Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações". Se fizermos uma retrospectiva das garantias que nossas Constituições outorgaram à mulher, veremos que na Carta de 34 a igualdade de direitos entre os sexos é mencionada explicitamente, até então, esse era um conceito vago. O direito primeiro da cidadania, o do voto, veio na Constituição de 37. Até que chegamos em 87, num Brasil ansioso por renovação, incluindo aí, as mulheres do campo, as empregadas domésticas, professoras, donas de casa, profissionais liberais que lutaram e pressionaram os constituintes e viram suas reivindicações incluídas no texto da Carta de 88.

Mas, a verdade é que a história das mulheres brasileiras comprova que não basta redigir leis, assinar acordos, tratados, convenções, pois todo esse aparato legal não garante o fim da discriminação da mulher. É preciso desenvolver uma mentalidade

antidiscriminatória, criar condições reais de vigilância da lei, de sua divulgação e de seu aperfeiçoamento.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, diante de tudo que foi colocado concluímos que, ainda, há muito que se fazer para que as mulheres, não só no Brasil como no mundo, conquistem seus direitos à cidadania, ao desenvolvimento, à paz, à vida livre de violência digna de ser vivida, os direitos sexuais e reprodutivos e o direito ao meio ambiente.

As estratégias para se reverter este quadro devem buscar a plena cidadania feminina, em termos nacionais e internacionais, reconhecendo-se que as satisfações das necessidades econômicas, sociais e culturais específicas da mulher só serão alcançadas mediante sua incorporação ativa nos processos de decisão da sociedade.

E para finalizar, conclamamos a todos os nossos pares a marcharem com as mulheres, pois, essa marcha não é só das mulheres é de todos nós, de toda a humanidade. Pois, a luta da mulher vem de longe e precisa, cada vez mais, de apoio, respeito, solidariedade. Luta contra todo tipo de violência, de discriminação, de exploração e dominação. Luta contínua e democrática pela cidadania, pela ética, pela participação na construção de uma sociedade justa com oportunidades iguais para homens e mulheres.

Desta forma, gostaríamos de deixar registrada nos Anais desta Casa as questões centrais das reivindicações da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil:

- Reforma agrária;
- Reforma urbana;
- Educação;
- Saúde;
- Trabalho;
- Dívida externa e subordinação ao FMI;
- Meio ambiente;
- Combate à discriminação racial e étnica;
- Autodeterminação das mulheres;
- Combate à violência sexista.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, com a expressão do respeito e da confiança com que, em nosso nome, e acredito, traduzindo o sentimento dos companheiros do Partido dos Trabalhadores, saúdo a todas as brasileiras por essa marcha e pela passagem do Dia Internacional da Mulher e em especial a Coordenação da Marcha no Brasil integrada por comissões e setoriais de mulheres da CUT, CMP,

ANMTR, Contag, igrejas, CNB, PO, Secretaria Nacional de Mulheres do PT, CDD, SOF e Representantes dos Estados. Axé para todos.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTA (Esther Grossi) – Antes de encerrar a sessão, faço o carinhoso convite para que todos passemos à rampa do Congresso Nacional, a fim de elevarmos ao céu cinquenta balões, representando as 25 mulheres que escolhemos para homenagear nesses 500 anos de Brasil, e outros cinquenta, representando as Marias,

as Joanas, as mulheres anônimas que também fizeram nossa história.

Simbolicamente, com esse elevar-se às alturas, damos força a nossa luta e, ao mesmo tempo, prestamos nossa homenagem àquelas que já lutaram na mesma direção.

A SRA. PRESIDENTA (Esther Grossi) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 12 minutos.)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

PRESIDENTE: Senador GILBERTO MESTRINHO (PMDB/AM)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado JOVAIR ARANTES (PSDB/GO)

2º VICE-PRESIDENTE: Senador ROMERO JUCÁ (PSDB/RR)

3º VICE-PRESIDENTE: Deputado JOÃO COSER (PT/ES)

Relator-Geral do Orçamento: Deputado CARLOS MELLES (PFL/MG)

DEPUTADOS

TITULARES

SUPLENTES

PFL

ANTÔNIO C. KONDER REIS
CARLOS MELLES
CÉSAR BANDEIRA
JORGE KHOURY
JOSÉ LOURENÇO
JOSÉ MELO
LAEL VARELLA
LAURA CARNEIRO
NEUTON LIMA
OSVALDO COELHO
PAES LANDIM
PAULO BRAGA
SANTOS FILHO
WILSON BRAGA

1 - JOÃO RIBEIRO
2 - LUÍS BARBOSA
3 - PAULO MARINHO
4 - SÉRGIO BARCELLOS
5 - ZILA BEZERRA
6 - AROLDO CEDRAZ
7 - DEUSDETH PANTOJA
8 - JAIME MARTINS
9 - LUCIANO CASTRO
10 - CIRO NOGUEIRA
11 - FRANCISCO GARCIA
12 - ARACELY DE PAULA
13 - JOSÉ CARLOS COUTINHO
14 - JOSÉ THOMAZ NONO

PMDB

ARMANDO ABÍLIO
DAMIÃO FELICIANO
FREIRE JÚNIOR
JOSÉ CHAVES
JOSÉ PRIANTE
OSVALDO REIS
PEDRO CHAVES
RENATO VIANNA
SILAS BRASILEIRO
WALDEMIR MOKA
WILSON SANTOS
EUNÍCIO OLIVEIRA

1 - DARCÍSIO PERONDI
2 - JOSÉ BORBA
3 - JOÃO HENRIQUE
4 - JORGE ALBERTO
5 - MILTON MONTI
6 - MÚCIO SÁ
7 - NORBERTO TEIXEIRA
8 - OLAVO CALHEIROS
9 - PEDRO NOVAIS
10 - PHILEMON RODRIGUES
11 - RICARDO NORONHA
12 - ALCESTE ALMEIDA

PSDB

ALBERTO GOLDMAN
BASÍLIO VILLANI
JOÃO LEÃO
NÁRCIO RODRIGUES
PEDRO HENRY
JOVAIR ARANTES
ANIVALDO VALE
PAULO FEIJÓ
DANILO DE CASTRO
ROMMEL FEIJÓ
ROBERTO ROCHA
PAULO MOURÃO

1 - JOÃO ALMEIDA
2 - FÁTIMA PELAES
3 - PEDRO CANEDO
4 - RAIMUNDO G. MATOS
5 - MÁRIO NEGROMONTE
6 - MARCUS VICENTE
7 - B. SÁ
8 - JÚLIO SEMEGHINI
9 - RICARTE DE FREITAS
10 - LÍDIA QUINAN
11 - SÉRGIO GUERRA
12 - ALEXANDRE SANTOS

DEPUTADOS

TITULARES

SUPLENTES

PT

BEN - HUR FERREIRA
CARLITO MERSS
FERNANDO MARRONI
JOÃO COSER
JOÃO FASSARELLA
NILSON MOURÃO
VIRGÍLIO GUIMARÃES

1 - ANTONIO PALOCCI
2 - PEDRO CELSO
3 - JOSÉ PIMENTEL
4 - GILMAR MACHADO
5 - JOÃO PAULO
6 - LUIZ SÉRGIO
7 - JOÃO GRANDÃO

PPB

ALMIR SÁ
CLEONÂNCIO FONSECA
IBERÉ FERREIRA
MÁRCIO REINALDO MOREIRA
NELSON MEURER
ROBERTO BALESTRA
VADÃO GOMES

1 - JOÃO TOTA
2 - ELISEU MOURA
3 - PEDRO CORRÊA
4 - Dr. BENEDITO DIAS
5 - RICARDO BARROS
6 - VAGO
7 - VAGO

PTB

FÉLIX MENDONÇA
JOSÉ CARLOS ELIAS
FERNANDO GONÇALVES

1 - EDUARDO PAES
2 - RENILDO LEAL
3 - NELSON MARQUEZELLI

PDT

AIRTON DIPP
GIOVANNI QUEIROZ
EURÍPEDES MIRANDA

1 - POMPEO DE MATTOS
2 - CELSO JACOB
3 - FERNANDO CORUJA

BLOCO (PSB/PC do B)

SÉRGIO MIRANDA
GONZAGA PATRIOTA
DJALMA PAES

1 - GIVALDO CARIMBÃO
2 - PEDRO EUGÊNIO
3 - AGNELO QUEIROZ

BLOCO (PL/PST /PMN/ PSD/PSL)

EUIJÁCIO SIMÕES
JOÃO CALDAS

1 - MARCOS CINTRA
2 - VAGO

SENADORES

TITULARES

SUPLENTE

PMDB

| | |
|--------------------|------------------------|
| RAMEZ TEBET | 1 - MARLUCE PINTO |
| WELLINGTON ROBERTO | 2 - CARLOS BEZERRA |
| LUIZ ESTEVÃO | 3 - ALBERTO SILVA |
| JOSÉ ALENCAR | 4 - GILVAM BORGES |
| GILBERTO MESTRINHO | 5 - NEY SUASSUNA |
| NABOR JÚNIOR | 6 - JOÃO ALBERTO SOUZA |
| MAURO MIRANDA | 7 - VAGO |

PFL

| | |
|-------------------------|-----------------------|
| MOZARILDO CAVALCANTI | 1 - CARLOS PATROCÍNIO |
| MOREIRA MENDES | 2 - ROMEU TUMA |
| EDISON LOBÃO | 3 - HUGO NAPOLEÃO |
| EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS | 4 - VAGO |
| JONAS PINHEIRO | 5 - VAGO |

PSDB

| | |
|-----------------------|--------------------|
| ROMERO JUCA | 1 - VAGO |
| ANTERO PAES DE BARROS | 2 - SERGIO MACHADO |
| LUIZ PONTES | 3 - LUZIA TOLEDO |
| LÚCIO ALCÂNTARA | 4 - VAGO |

FRENTE DE OPÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)

| | |
|-----------------|-----------------------|
| ANTONIO C. VAL | 1 - ROBERTO SATURNINO |
| EDUARDO SUPLICY | 2 - VAGO |
| SEBASTIÃO ROCHA | 3 - VAGO |
| TIÃO VIANA | 4 - VAGO |

PPB

| | |
|---------|--------------------|
| ERNESTO | 1- ERNANDES AMORIM |
|---------|--------------------|

Atualizado em 8/12/1999.

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)**

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

| MESA DIRETORA | | | | | | | |
|--------------------------|----------|------------------|------|----|-------|----------|----------|
| CARGO | TÍTULO | NOME | PART | UF | GAB | FONE | FAX |
| PRESIDENTE | DEPUTADO | JULIO REDECKER | PPB | RS | 621 | 318 5621 | 318 2621 |
| VICE-PRESIDENTE | SENADOR | JOSÉ FOGAÇA | PMDB | RS | *07 | 311 1207 | 223 6191 |
| SECRETÁRIO-GERAL | SENADOR | JORGE BORNHAUSEN | PFL | SC | ** 04 | 311 4206 | 323 5470 |
| SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO | DEPUTADO | FEU ROSA | PSDB | ES | 960 | 318 5960 | 318 2960 |

| MEMBROS TITULARES | | | | MEMBROS SUPLENTEs | | | | | |
|--------------------------|----|--------|----------|--------------------------|-------------------|----|--------|----------|----------|
| SENADORES | | | | | | | | | |
| NOME | UF | GAB | FONE | FAX | NOME | UF | GAB | FONE | FAX |
| PMDB | | | | | | | | | |
| JOSE FOGAÇA | RS | *07 | 311 1207 | 223 6191 | PEDRO SIMON | RS | *** 03 | 311 3230 | 311 1018 |
| CASILDO MALDANER | SC | #14 | 311 2141 | 323 4063 | MARLUCE PINTO | RR | ** 08 | 311 1301 | 225 7441 |
| ROBERTO REQUIÃO | PR | *** 09 | 311 2401 | 3234198 | AMIR LANDO | RO | ### 15 | 311 3130 | 323 3428 |
| PFL | | | | | | | | | |
| JORGE BORNHAUSEN | SC | ** 04 | 311 4206 | 323 5470 | DJALMA BESSA | BA | # 13 | 311 2211 | 224 7903 |
| GERALDO ALTHOFF | SC | ### 05 | 311 2041 | 323 5099 | JOSE JORGE | PE | # 04 | 311 3245 | 323 6494 |
| PSDB | | | | | | | | | |
| ANTERO PAES DE BARROS | MT | ** 24 | 311 1248 | 321 9470 | GERALDO LESSA | AL | #02 | 3111102 | 3233571 |
| PEDRO PIVA | SP | @01 | 311 2351 | 323 4448 | LUZIA TOLEDO | ES | *13 | 311 2022 | 323 5625 |
| PT/PSB/PDT/PPS | | | | | | | | | |
| EMÍLIA FERNANDES | RS | ##59 | 311-2331 | 323-5994 | ROBERTO SATURNINO | RJ | # 11 | 311 4230 | 323 4340 |

| LEGENDA: | | |
|-----------------------------|----------------------------|--------------------------|
| * ALA SEN AFONSO ARINOS | # ALA SEN TEOTÔNIO VILELA | @ EDIFÍCIO PRINCIAL |
| ** ALA SEN NILO COELHO | ## ALA SEN TANCREDO NEVES | @ ALA SEN RUY CARNEIRO |
| *** ALA SEN ALEXANDRE COSTA | ### ALA SEN FELINTO MULLER | *# ALA SEN AFONSO ARINOS |
| @@@ ALA SEN DINARTE MARIZ | | |

| MEMBROS TITULARES | | | | | MEMBROS SUPLENTEs | | | | |
|-------------------|----|-------|----------|----------|--------------------------|----|-------|----------|----------|
| DEPUTADOS | | | | | | | | | |
| NOME | UF | GAB | FONE | FAX | NOME | UF | GAB | FONE | FAX |
| PFL | | | | | | | | | |
| NEY LOPES | RN | 326 | 318 5326 | 318 2326 | MALULY NETTO | SP | 219 | 318 5219 | 318 2219 |
| SANTOS FILHO | PR | 522 | 318 5522 | 318 2522 | LUCIANO PIZZATTO | PR | 541 | 318 5541 | 318 2541 |
| PMDB | | | | | | | | | |
| CONFÚCIO MOURA | RO | * 573 | 318 5573 | 318 2573 | EDISON ANDRINO | SC | 639 | 318 5639 | 318 2639 |
| GERMANO RIGOTTO | RS | 838 | 318 5838 | 318 2838 | OSMAR SERRAGLIO | PR | 845 | 318 5845 | 318 2845 |
| PSDB | | | | | | | | | |
| NELSON MARCHEZAN | RS | # 13 | 318 5963 | 318 2963 | ANTONIO CARLOS PANNUNZIO | SP | 225 | 318 5225 | 318 2225 |
| FEU ROSA | ES | 960 | 318 5960 | 318 2960 | JOÃO HERRMANN NETO | SP | 637 | 318 5637 | 318 5637 |
| PPB | | | | | | | | | |
| JÚLIO REDECKER | RS | 621 | 318-5621 | 318-2621 | CELSO RUSSOMANNO | SP | 756 | 318 5756 | 318 2756 |
| PT | | | | | | | | | |
| LUIZ MAINARDI | RS | *369 | 3185369 | 3182369 | PAULO DELGADO | MG | * 268 | 318 5268 | 318 2268 |

| |
|--------------------------------------|
| LEGENDA: |
| * GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III |
| # GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II |

| |
|---|
| SECRETARIA DA COMISSÃO: |
| ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900 |
| FONE. (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154 |
| http://www.camara.gov.br (botão de Comissões Mistas) |
| e_mail - mercosul@abordo.com.br |
| SECRETÁRIO. ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO |
| ASSESSORIA TÉCNICA Dra MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO |

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

| | |
|--|------------|
| Assinatura DCD ou DSF s/o porte | R\$ 31,00 |
| Porte de Correio | R\$ 96,60 |
| Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada) | R\$ 127,60 |
| Valor do número avulso | R\$ 0,30 |
| Porte avulso | R\$ 0,80 |

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

| | |
|--|------------|
| Assinatura DCD ou DSF s/o porte | R\$ 62,00 |
| Porte de Correio | R\$ 193,20 |
| Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada) | R\$ 255,20 |
| Valor do número avulso | R\$ 0,30 |
| Porte avulso | R\$ 0,80 |

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386-2 PAB SEEP, conta nº 920001-2 Banco do Brasil Agência 3602-1, conta nº 170500-8 ou recibo de depósito via FAX (061) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminado:

- 02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
- 02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
- 02000202902003-X – Venda de Editais
- 02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
- 02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
- 02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
- 02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3812 e (061) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações



Oito Anos de Parlamento – Coleção Biblioteca Básica Brasileira – Relato da experiência de Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior como Deputado na Câmara dos Deputados, representando a província de Minas Gerais de dezembro de 1881 a novembro de 1889. Com 163 páginas e introdução do Senador Lúcio Alcântara.

Preço por exemplar: R\$ 15,00

O Brasil no Pensamento Brasileiro – Coleção Brasil 500 Anos – "Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.



Preço por exemplar: R\$ 30,00



A Política Exterior do Império – Coleção Biblioteca Básica Brasileira – Edição fac-similar, em três volumes. Obra clássica da história diplomática brasileira que apresenta um panorama e uma análise das relações internacionais do país no século XIX. De autoria de J. Pandiá Calógeras.

Preço (três volumes): R\$ 60,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

| | | | |
|------------|------------|-------------------|-------------------|
| Nome: | | | |
| Endereço: | | | |
| Cidade: | | CEP: | UF: |
| Publicação | Quantidade | Preço Unit. (R\$) | Preço Total (R\$) |
| | | | |



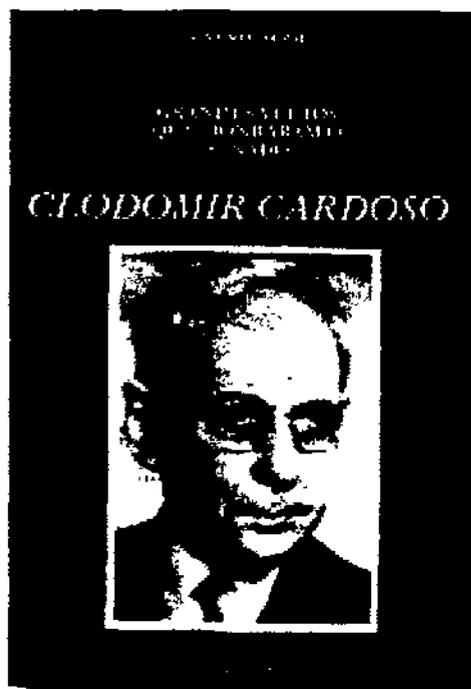
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Clodomir Cardoso

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

Obra organizada por Luciano de Sousa Dias, com 580 páginas. Traz a biografia do Senador da República Clodomir Cardoso: seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos.

Preço por exemplar: R\$ 10,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seeecat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone (061) 311-3575;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

| | | | |
|------------|------------|-------------------|-------------------|
| Nome: | | | |
| Endereço: | | | |
| Cidade: | | CEP: | UF: |
| Publicação | Quantidade | Preço Unit. (R\$) | Preço Total (R\$) |
| | | | |



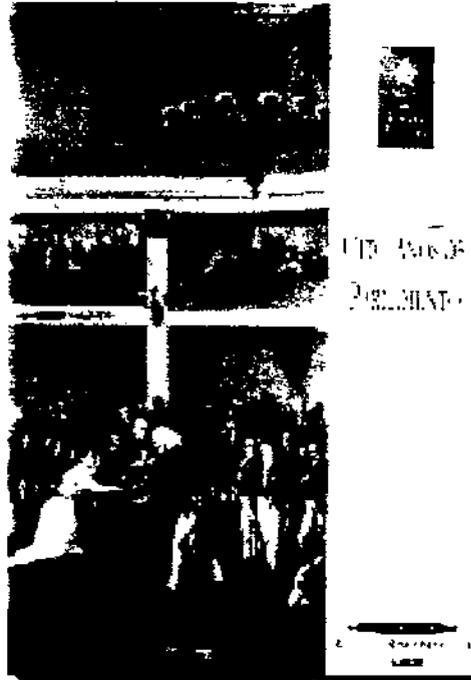
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Oito Anos de Parlamento

Coleção Biblioteca Básica Brasileira

Relato da experiência de Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior como Deputado na Câmara dos Deputados, representando a província de Minas Gerais de dezembro de 1881 a novembro de 1889. Com 163 páginas e introdução do Senador Lúcio Alcântara.

Preço por exemplar: R\$ 15,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

| | | | |
|------------|------------|-------------------|-------------------|
| Nome: | | | |
| Endereço: | | | |
| Cidade: | | CEP: | UF: |
| Publicação | Quantidade | Preço Unit. (R\$) | Preço Total (R\$) |
| | | | |



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislação sobre Direitos Autorais

Com 123 páginas, traz a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais, a Lei nº 9.609, os Decretos nº 2.556 e nº 2.894, com doutrina e índice temático.

Preço: R\$ 5,00.

Senado Federal
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

- Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998
- Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998
- Decreto nº 2.556, de 20 de abril de 1998
- Decreto nº 2.894, de 22 de dezembro de 1998
- Doutrina
- Índice temático

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

| | | | |
|------------|------------|-------------------|-------------------|
| Nome: | | | |
| Endereço: | | | |
| Cidade: | | UF: | |
| CEP: | | | |
| Publicação | Quantidade | Preço Unit. (R\$) | Preço Total (R\$) |
| | | | |



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Livro da Profecia

Obra organizada por Joaquim Campelo Marques, com 976 páginas. Coletânea de artigos da lavra de diversos pensadores, artistas, cientistas, escritores e intelectuais brasileiros sobre o século XXI.

Preço por exemplar: R\$ 25,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

| | | | |
|------------|------------|-------------------|-------------------|
| Nome: | | | |
| Endereço: | | | |
| Cidade: | | CEP: | UF: |
| Publicação | Quantidade | Preço Unit. (R\$) | Preço Total (R\$) |
| | | | |



EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS